

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
CURSO DE CIENCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

Victória Cecília Almeida Sequeira

**A situação das mulheres na sociedade santomense,
discriminações de gênero e a participação feminina na esfera
produtiva**

Porto Alegre, junho de 2010.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

**A situação das mulheres na sociedade santomense:
discriminações de gênero e a participação feminina na esfera
produtiva**

Aluno: Victória Cecília Almeida Sequeira

Orientadora: Prof^a. Dr^a Jussara Prá

Trabalho de conclusão do curso apresentado como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, junho de 2010.

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Aida Lopes Almeida Sequeira e os meus irmãos, Antónia, Taciana, Emicília, Aida e José, pelo constante incentivo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar um agradecimento muito especial a Professora Jussara Prá, pela competência com que me ajudou a dar os primeiros passos nesse trabalho, pela excelente orientação e participação neste processo, pela sua sensibilidade e apoio.

Ao professor Corsetti e a professora Tania, por aceitarem participar como membros da banca examinadora.

Aos meus pais, Aida Sequeira e Carlos Sequeira, aos meus irmãos, Antónia Sillani, Taciana Sequeira, Emicília Martinho, Aida Lopes, José Sequeira e a todos os meus familiares e amigos, que apesar da distancia, estiveram sempre presentes me apoiando e estimulando durante a faculdade e durante o desenvolvimento e realização deste trabalho.

Ao Lito Nunes Fernandes, pela amizade, incentivo, compreensão, companheirismo e pela grande ajuda na revisão dos textos durante o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os meus amigos, em especial a Ednilsa Nair da Trindade, Honória Afonso, Leini Sousa, Maurean Barroso, Mondlane Tomé, Jaire Cassandra, Celcius Costa Alegre, Jean Cristian, Jackson Garrido, Solange Barros, Germano Caumo, Edileny Sousa, entre outros, pelo estímulo e apoio constante.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

Por último e não menos importante a UFRGS em representação do Governo brasileiro, pela oportunidade da bolsa PEG-G para poder realizar este grande sonho.

RESUMO

O presente trabalho trata das discriminações de gênero em São Tomé e Príncipe, direcionando a atenção a problemas relacionados à situação das mulheres como os da participação política e da violência, enfatizando a inserção feminina no mercado de trabalho. O objetivo da monografia é dimensionar a realidade das santomenses com vistas a encontrar elementos e subsídios capazes de contribuir para o aumento da participação da mulher na sociedade e, em decorrência, para reduzir a desigualdade social e de gênero. A maior participação das mulheres na vida social e a sua maior inclusão na economia e na política é importante pelas modificações que pode produzir na classe feminina e, também, pela potencialidade de propiciar mudanças culturais. Assim, este estudo pretende chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher. A pesquisa, de abordagem quantitativa e cunho exploratório, congregou dados e documentos impressos e digitais da Assembléia Nacional e do Centro de Acolhimento Contra as Vítimas da Violência Doméstica, entre outras instituições. O estudo empírico forneceu elementos importantes sobre a realidade e a participação da mulher na sociedade santomense. Os resultados do estudo permitiram identificar avanços na situação das santomenses. Apesar disso, constata-se que elas ainda não ocupam seu real espaço nessa sociedade, o que sugere a necessidade da modificação de padrões culturais que sustentam a manutenção dos papéis tradicionais, tanto do homem como da mulher, na família e na sociedade. Sugere, também, a necessidade da incidência de instâncias e autoridades governamentais na melhoria das políticas sociais públicas de forma a combater a violência doméstica, permitir a inserção econômica das mulheres, a sua inclusão em aparatos hierárquicos e decisórios e possibilitar a equidade de gênero.

Palavras-Chave: Discriminação de gênero, Participação política, Trabalho feminino e Violência contra mulher.

ABSTRACT

The present work deals with gender discrimination in Sao Tome and Principe, directing attention to problems related to the situation of women and political participation and violence, emphasizing the participation of women in the labor market. The objective of the monograph is to scale the reality of São Tomé and Príncipe in order to find elements and subsidies that contribute to the increased participation of women in society and, consequently, to reduce social inequality and gender too. The increased participation of women in social life and greater inclusion in the economy and politics are important for modifications that can produce in female class and also the capability of providing cultural changes. This study aims to draw attention to the role and dignity of women. This quantitative approach to research and exploratory, gathers data and paper and digital data of the National Assembly and the Welcome Center Against Victims of Domestic Violence, among other institutions. The empirical study has provided important evidence about the existence and participation of women in Saotome society. The results of the study identified improvements in the Saotome situation. Nevertheless, it appears that they still don't occupy their real space in this society, which suggests the need for modification of cultural patterns that support the maintenance of the traditional roles of both the man and the woman in the family and society. Also suggests the need for the incidence of bodies and government authorities in improving public social policies in order to combat domestic violence, to allow the women economic inclusion, their inclusion in decision-making apparatus and enable hierarchical and gender equity.

Key-words: Gender Discrimination, Political Participation, Working women, Violence against Women.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADI - Ação Democrática Independente

BM - Banco Mundial

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FLP - Força Popular Livre

FMI - Fundo Monetário Internacional

HIV - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

MDFM - Movimento Democrático Força de Mudança

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INESTP - Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMSTO - Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe

ONSTP - Organização Nacional do Trabalho em São Tomé e Príncipe

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCD - Partido de convergência Democrática

PNLS - Programa Nacional de Luta contra Sida

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

UA - união Africana

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	13
1.1 História da ocupação do arquipélago e a colonização portuguesa.....	14
1.2 Processo de independência política	15
1.3 Visão geral da sociedade e da economia do Estado Arquipélago.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
3 A MULHER NA SOCIEDADE SANTOMENSE	31
3.1 Mulheres em cargo de decisão em São Tomé e Príncipe.....	34
3.2 Violência doméstica contra mulher	38
4.1 Emprego e Desemprego (2000-2008).....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXO I	64

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – São Tomé e Príncipe	13
Figura 2 – Homens e mulheres no Parlamento - 2006.....	34
Figura 3 – Ministério das Finanças e da Administração Pública.....	35
Figura 4 – Violência física contra a mulher em São Tomé e Príncipe	39
Figura 5 – Condição perante o trabalho - 2008	45
Figura 6 – Espaço livre de venda do produto em São Tomé e Príncipe - 2009	47
Figura 7 – Mercado Feira do Ponto de São Tomé e Príncipe - 2009.....	49
Figura 8 – Mercado de Peixe de São Tomé e Príncipe - 2009	53

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Composição atual do poder Executivo em São Tomé e Príncipe	18
Quadro 2 – Indicadores Sociais de São Tomé e Príncipe - 2007.....	19
Quadro 3 – Indicadores Econômicos de São Tomé e Príncipe	20
Quadro 4 – Distribuição de taxas de desemprego e pobreza - 2008	21
Quadro 5 – Mulheres em cargos de decisão 2000 – 2010	36
Quadro 6 – Ocupação por gênero - 2006.....	46
Quadro 7 – Indicadores do emprego por sexo 2000 - 2008 em São Tomé e Príncipe.....	50
Quadro 8 – Indicadores do desemprego por sexo 2002 - 2008 em São Tomé e Príncipe	51
Quadro 9 – População empregada segundo ramo de atividade principal - 2006.....	52
Quadro 10 – População empregada por sexo e pela situação profissional	53

INTRODUÇÃO

Na conjuntura africana, matizada por idiosincrasias, valores morais e éticos, hábitos, crenças e costumes, falar da mulher remete ao debate sobre questões de exclusão social e violência do gênero, entre outros fatores. Paradoxalmente, fenômenos como o da globalização ou do reajuste estrutural além de contribuir para comprometer a capacidade das sociedades agirem por si e sobre si próprias, servem, sobretudo, para enfatizar a feminização da pobreza com conseqüências no insucesso escolar, no desemprego, na violência e na inserção secundária das mulheres na vida política e econômica, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Ao lado disso, a contribuição feminina ao processo de desenvolvimento dos países e regiões, é muitas vezes subestimada, tendo em conta que vários estudos mostram ser essa população tratada como neutra (OSÓRIO, 2004). Assim, são escamoteadas diferenças entre a situação dos homens e das mulheres em vários domínios da vida política, sócio-econômica e cultural dessas sociedades.

Nesse mesmo contexto, há progressos no domínio das relações de gênero, o que tem contribuído para fortalecer o respectivo processo de desenvolvimento. De acordo com Miranda (2006), a participação da mulher na sociedade tende a ser cada vez mais percebida, ainda que a sua ocupação em várias esferas sociais seja em segmentos de menos prestígio. A autora identifica algumas mudanças em esferas superiores de diversas organizações, e atribui este avanço ao perfil multifuncional da mulher. Destarte, em São Tomé e Príncipe, como em outros países do continente africano, ainda se está longe de obter a igualdade de gênero, como alegado em diferentes estudos e em documentos produzidos por instituições de defesa dos direitos das mulheres. Portanto, apesar da luta histórica das mulheres por igualdade social, elas chegam ao século XXI ainda submetidas a padrões, valores e práticas discriminatórios. Situação facilmente diagnosticada quando se analisam os índices da violência que afetam as mulheres ou indicadores da participação feminina no processo político e na esfera do trabalho.

Tendo em pauta o quadro acima esboçado, se tem o propósito de investigar aspectos da realidade atual da população feminina de São Tomé e Príncipe, destacando fatores relacionados à vida social e política, à violência de gênero e à esfera de trabalho, em alusão ao período que vai de 2000 a 2008. Assim, importa realizar um estudo que permita refletir sobre as formas de

inclusão social, econômica, política e cultural das santomenses, direcionando a atenção para a participação feminina na esfera produtiva. Em vista disso, o objetivo central do trabalho é dimensionar essa realidade com vistas a encontrar elementos e subsídios que contribuam para o aumento da participação da mulher na sociedade santomense e, em decorrência, na redução da desigualdade social e de gênero. Dessa forma, estima-se, pensar em estratégias de ação política com capacidade de incrementar a participação das mulheres no desenvolvimento do país e fomentar a igualdade de gênero. Especificamente, pretende-se:

1. Identificar como se dá à inserção das mulheres na vida social e política de São Tomé e Príncipe;
2. Verificar e avaliar o fenômeno da discriminação contra a mulher, tendo em vista o problema da violência doméstica e familiar;
3. Avaliar as formas de inserção das santomenses na esfera do trabalho e a incidência de fatores de ordem cultural nesse processo;

A justificativa para a realização do presente trabalho, independentemente da inquietação pessoal, onde a discente como muitos outros quadros santomenses preocupados com a situação do subdesenvolvimento do país; pode ser sustentada pela relevância do assunto e pela necessidade de qualificar o tema em questão no âmbito da ciência política. A isso se agrega ainda que a discente seja “mulher” do país em análise. Ademais, considera-se ser a pesquisa relevante diante do pequeno investimento em trabalhos voltados a analisar a situação das mulheres na sociedade santomense. Investimento ainda menor quanto aos temas da violência de gênero e da participação feminina na política e na esfera produtiva. Em vista disso, estima-se chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher, levando a consciência e o respeito do valor humano na sociedade. Isso significa assumir que é imperativo o reconhecimento da importância que as mulheres ocupam nos dias de hoje em quase todas as economias do mundo, apesar de ainda submissas em alguns países para se manifestar, contestar, protestar, opinar e lutar contra as limitações e opressões impostas a elas.

A participação das mulheres em campos como o do trabalho e da política não é apenas importante pelas modificações imediatas que pode produzir na condição feminina, mas também por sua potencialidade de influenciar mudanças sociais. Igualmente, pode servir de exemplo a outras mulheres e a outras gerações. Assim sendo, a idéia defendida neste trabalho é a de que

quanto maior for à participação das santomenses nos diferentes setores da sociedade, maior será a sua contribuição à mudança da realidade social, econômica, política e cultural das mulheres. Pelo tanto, examinar a participação das mulheres na sociedade deve ser considerado um dos elementos essencial para se pensar em estratégias e mecanismos capazes de promover igualdade entre mulheres e homens e, assim, contribuir na redução das assimetrias de gênero. Nesse sentido, estima-se somar este estudo a outros que partilhem da preocupação com a possibilidade de incidência política por meio do trabalho acadêmico.

Para fins de investigação optou-se por um estudo empírico de abordagem quantitativa e cunho exploratório orientado por dados secundários de fontes oficiais. Acessaram-se, também, estudos e pesquisas acadêmicas a partir de uma ampla revisão bibliográfica com consultas de livros, artigos, revistas, etc. provenientes de fontes impressas e digitais. Complementarmente, acessou-se vários jornais do país e foram encaminhadas mensagens via correio eletrônico para alguns centros e instituições através de endereço fornecido nos seus sites e por intermédios de terceiros para coleta de dados sobre a situação das santomenses. A alternativa de enviar mensagens por meio eletrônico (internet) resultou da impossibilidade de fazê-lo pessoalmente em São Tomé e Príncipe. As informações obtidas através dessas fontes foram usadas para ter um maior conhecimento sobre as mulheres na sociedade santomense como um todo.

O trabalho é desenvolvido em quatro capítulos, além desta parte introdutória que inclui a proposta de trabalho, seus objetivos, a justificativa e os procedimentos empíricos adotados. O primeiro capítulo apresenta uma breve panorâmica sobre São Tomé e Príncipe, com ênfase na sua história e no processo de ocupação territorial e de independência política do país. Ademais, oferece uma visão sobre a situação socioeconômica do arquipélago. O segundo capítulo traz o referencial teórico, destacando argumentos de autoras e autores que abordaram questões relativas às relações de gênero e à condição feminina, entre elas as referentes à participação das mulheres na vida social e política e ao fenômeno da violência de gênero e da participação feminina no mercado de trabalho. O terceiro capítulo retoma essas questões à luz da análise empírica, partindo de um apanhado geral das conquistas obtidas pelas santomenses para, então, referenciar os déficits de representação feminina na política e o problema da violência doméstica. No quarto capítulo, será mostrada uma panorâmica geral sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho santomense, tendo em vista o crescimento da participação feminina na esfera produtiva do país e problemas relacionados à discriminação salarial e ao impositivo da dupla jornada de

trabalho, imposta as mulheres pela necessidade de associar funções profissionais com tarefas domésticas e educação dos filhos. O último segmento é dedicado às considerações finais do trabalho.

Definida a forma de estruturação do trabalho, passa-se a discorrer sobre o arquipélago de São Tomé e Príncipe, destacando alguns aspectos de sua configuração territorial, política, social, econômica e cultural.

1. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe é um estado insular, com história densa e diversos contornos geográficos. Situado no Golfo da Guiné e cortado ao sul pela Linha do Equador, o arquipélago dista da costa africana cerca de 300 km; o país é formado por duas ilhas principais e por pequenas ilhotas. Sem fronteiras terrestres, localiza-se em plena zona do equador na proximidade das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e Camarões. A figura apresentada abaixo permite visualizar a configuração geográfica das duas ilhas e das ilhotas localizadas em seu entorno.

Figura 1 – São Tomé e Príncipe



Fonte: INESTP (2009).

As ilhas de São Tomé e Príncipe, distantes 150 quilômetros uma da outra, integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹, ocupando uma superfície total de 1.001 km², em sua maior parte pertencente à ilha de São Tomé (864 Km²) e a ilha do Príncipe, com aproximadamente (142 Km²).

O povoamento das ilhas inicia logo após a descoberta e, em fins do século XVI, contavam já nas ilhas cerca de 10.000 habitantes, cifra assinalável, visto que ambas se encontravam desertas quando ali chegaram os navegadores portugueses. Constituída na sua maioria por negros vindos da costa africana, a população das ilhas incluía muitos portugueses

¹ São Tomé e Príncipe é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O mesmo faz parte de organizações comerciais como a União Africana (UA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e tem como observadores o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

metropolitanos e madeirenses, judeus - chegados a São Tomé em 1493 e, ainda, diversos estrangeiros, principalmente franceses, castelhanos e genoveses, levados à ilha pelo interesse na cultura e comércio da cana-de-açúcar. Essa questão pode ser mais bem compreendida quando se examinam os cenários políticos relacionados à ocupação do arquipélago, à sua colonização e independência.

1.1 História da ocupação do arquipélago e a colonização portuguesa

As ilhas de São Tomé e Príncipe ficaram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar as descobriram, primeiro a ilha de São Tomé em 21 de dezembro de 1470 e depois a ilha do Príncipe a 17 de janeiro do ano seguinte, sendo então colônia de Portugal até a sua independência em 12 de Julho de 1975. Os nomes das ilhas foram atribuídos pelos portugueses, que denominaram a ilha de São Tomé pelo fato de 21 de Dezembro ser o dia de Santo do mesmo nome. Já a ilha do Príncipe (que início foi chamada Santo António ou Santo Antão) foi alterada de Santo António ou Santo Antão para Príncipe em homenagem ao Príncipe D. João II, a quem pertencia o direito de receber o tributo do açúcar produzido na ilha (OLIVEIRA, 1993).

A ocupação nas ilhas não foi imediata, como alerta (OLIVEIRA, 1993). Apenas em 1493 fixou-se o povoamento dos primeiros colonos, dedicado ao cultivo da cana do açúcar importado da ilha da Madeira (Portugal). No final do século XV e no século XVI, iniciou o desenvolvimento da indústria do açúcar, com recurso à mão-de-obra escrava. No século XVI desenvolvem-se grandes plantações de açúcar, para as quais foram importados dezenas de milhares de escravos do continente africano. As ilhas de São Tomé e Príncipe chegaram a contar com cerca de 60 engenhos de açúcar, sendo no século XVII o maior produtor deste produto no mundo. No século XIX desenvolve-se a cultura do café e do cacau, criando-se grandes plantações. Muitos historiadores relatam que o cacau foi levado para São Tomé e Príncipe do Brasil em 1822, como simples planta ornamental. O café foi introduzido nas ilhas em 1800 e o cultivo intensivo do cacau só teve início em grande escala a partir de 1851. A cultura do café entrou em crise com a expansão da cultura do cacau e por ter sido considerada irrelevante para a economia do país. A cultura do cacau acabou rapidamente por suplantar todas as outras. No século XIX, o açúcar foi substituído pelo cacau do qual se mantém até hoje como a principal

cultura e responde pela quase totalidade das reduzidas exportações de São Tomé e Príncipe. (SANTO, 2008 apud NEVES, 2009).

Desde os seus primórdios que a característica dominante da economia foi o sistema de plantações, as chamadas roças, que funcionavam inicialmente com trabalho escravo e, desde os finais do século XIX, com mão-de-obra livre que trabalhava sob condições não muito melhores do que as dos escravos. Os proprietários e gestores das roças eram portugueses e poucos esforços eram desenvolvidos para formar os santomenses no sentido de virem a assumir responsabilidades de gestão.

Quanto ao povoamento das ilhas, Oliveira (1993) afirma que foi iniciada com os negros africanos trazidos como escravos pelos portugueses, sendo que a maior parte dos habitantes são filhos da terra (descendentes de escravos e dos europeus), comerciantes e grandes proprietários de engenhos como os franceses, genoveses, castelhanos. Outros grupos são os angolares (escravos angolanos que escaparam de um naufrágio, quando o seu navio seguia para o Brasil entre 1540 e 1550), os forros (descendentes de escravos libertos), serviçais (trabalhadores imigrados) e tongas (filhos de serviçais nascidos na ilha). Estes grupos apresentam características específicas de língua e práticas sócio-culturais; a língua, o português (língua oficial) e idiomas locais (*Forro, Angolar e Lunguye*).

Devido a sua localização, estas ilhas assumiram uma enorme importância estratégica para os portugueses, como ponto de escala nas rotas de navegação, mas também para o próspero comércio de escravos levados do Congo e Angola. A abolição da escravatura em 1869, à semelhança do que acontecia por todo o mundo não acabou com o trabalho escravo em São Tomé e Príncipe. Os escravos passam a ser denominados de "contratados". Milhares de africanos, sobretudo de Cabo Verde, Angola e Moçambique são forçados a trabalhar para os grandes proprietários. Durante décadas, a questão origina campanhas internacionais contra esta nova forma de escravatura (NEVES, 2009). Ao que se somam diversos movimentos de contestação contra o colonialismo que culminam com a independência do país.

1.2 Processo de independência política

O surgimento de movimentos de libertação nas antigas colónias portuguesas em África na década de 1960 despertou consciências e fez intensificar a luta pela independência dessas colónias. O Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) também criado nesta década,

transformado em 1972 em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) não ficou de fora e iniciou um longo processo de libertação (NASCIMENTO, 2008).

Com o surgimento do movimento de libertação nacional no seio da população, o aumento mundial da influência socialista e a tomada de Portugal por forças comunistas em 25 de abril de 1974, a queda do império português levou no ano seguinte à independência de São Tomé e Príncipe. Após os acontecimentos de 25 de Abril e sem grande resistência o governo português cedeu perante a revolta das forças armadas o regime político que vigorava em Portugal desde 1933. Desta maneira, a idéia de descolonização em São Tomé e Príncipe tornou-se clara e ganhou força na metrópole portuguesa, escasseando desta forma a discussão do destino das ilhas.

Em maio de 1974 criou-se a Frente Popular Livre (FPL) e uma organização frentista, a Associação Cívica Pró-MLSTP, na qual os elementos desta, conforme relata Nascimento (2008), empenharam-se em ações políticas e sociais para que a população aceitasse e reconhecesse o MLSTP. Este movimento por ter tido laços com os líderes de movimentos de outras colônias portuguesas (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique), por seu reconhecimento internacional e pela sintonia ideológica com setores políticos dominantes em Lisboa, foi considerado pelo poder colonial como o intérprete do sentimento independentista e o legítimo representante do povo santomense (NEVES, 2009).

Assim em 26 de Novembro de 1974 foi assinado entre o Governo português e o MLSTP o Acordo de Argel (em Argélia), um documento que reconhecia o direito à autodeterminação e independência da colônia. Também neste acordo foi aprovada a formação de um governo de transição e a realização de eleições². Os componentes do MLSTP, aproveitando-se do reconhecimento da sua liderança política, neutralizaram outras formações políticas, fazendo desaparecer deste modo a Frente Popular Livre e mostraram-se avessos à formação de um partido pelos povos naturais da ilha do Príncipe (NASCIMENTO, 2008). Segundo Santo (2008), com independência o único representante do povo era o MLSTP, o jovem país acabou por adotar o regime de partido único³.

2 “O ato eleitoral efetuado a 7 de julho (um referendo com uma lista de candidatos do MLSTP), do qual saiu uma assembleia constituinte não poderia ser hoje considerado como eleições livres e justas”. Mac-Queen (1998, p.150).

3 Em 1975, quando São Tomé e Príncipe ascendeu à independência, o sistema de partido único tinha sido generalizado em quase todo o continente africano. Daí, não houve a necessidade de se submeter a outro regime transitório, tendo sido introduzido imediatamente o sistema em vigor na região. O comandante pode-se assim dizer, foi Manuel Pinto da Costa com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

Fatos históricos que levaram esta orientação se apoiaram em que: (i) os movimentos de libertação das colônias portuguesas foram criados com base na reivindicação nacionalista daqueles que lutaram pela independência, (ii) tinham sido apoiados pelos países do bloco leste europeu, encabeçados pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) e pelo partido marxista chinês que adotavam o sistema do partido único; e (iii) muitos dos Estados da África Subsaariana que ascenderam à independência entre 1957 e 1964, tinham instituído o regime de partido único.

Em 12 de julho de 1975, quando Portugal, representado pelo Almirante Rosa Coutinho, concedia a independência do território, Manuel Pinto da Costa, ao usar da palavra na qualidade do primeiro Presidente, disse:

[...] o aparecimento do primeiro país socialista no mundo (ex-URSS) anteriormente dominado pelo imperialismo mudou o equilíbrio das forças mundiais e teve repercussões na luta dos povos coloniais do Terceiro Mundo, que começaram a organizar-se para combater o sistema colonial (DENNY & RAY, 1989, p. 143).

A proclamação da independência nacional, em 12 de Julho de 1975, apesar da revolta do povo com a colonização, não foi conflituosa e sim um processo pacífico e sem desordens, com as duas partes concordando na decisão tomada. Em termos políticos, após a independência de Portugal, em 1975, o país viveu o regime socialista de partido único implementado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) presidido por Manuel Pinto da Costa, que tinha uma ideologia político-econômica marxista leninista (NASCIMENTO, 2008 apud NEVES, 2009). Nascimento comenta que durante a implementação do regime o sistema político baseou-se na segregação, expulsão e ameaças a opositores, em que o desmando, a arrogância e o clientelismo constituíam as regras do seu funcionamento. Embora o santomense não fosse mais cidadão colonizado, não havia possibilidade de se criar outras ideologias político-partidárias, ou poder-se participar ativamente em movimentos sindicais independentes. Reinava no país uma espécie de “ditadura”.

Vale lembrar que em 8 de julho de 1975 antes da independência, tomou posse uma Assembléia Constituinte composta por 17 deputados indicados em representação de vários círculos eleitorais. Em 5 de novembro do mesmo ano a Assembléia foi dissolvida depois de ter aprovado por unanimidade uma Constituição Política que reconheceu o MLSTP como o único

partido do país. Esta Constituição consagrava um regime de partido único, política e ideologicamente aparentado com os regimes socialistas, como aponta (SANTO, 2001).

Seguem-se 15 anos de regime monopartidário e com forte ligação no marxismoleninista liderado por Manuel Pinto da Costa tendo sido o primeiro Presidente da República; esses 15 anos correspondem a 1ª República (1975/1990). O ano de 1990 demarcou o início do processo da democratização política e das reformas econômicas. Neste ambiente o país realiza as primeiras eleições presidenciais multipartidárias (20/01/1991), ganhas por Miguel dos Anjos Trovoada, do Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD- GR). Este por sua vez chefiou por 10 anos, já sobre o comando de um novo partido, Ação Democrática Independente (ADI); esses 10 anos correspondem a 2ª República que vai de (1991/2001). A 3ª República vai de 2001 aos dias de hoje sob a liderança do atual Chefe de Estado Fradique Bandeira Melo de Menezes, reeleito em 2006, que por sua vez é membro e fundador do partido Movimento Democrático Força da Mudança (MDFM), como pode ser lido no (Quadro 1).

Quadro 1 - Composição atual do poder executivo em São Tomé e Príncipe

Principais detentores do cargo executivo			
Cargo	Nome	Partido	Desde
Presidente	Fradique de Menezes	MDFM	3/09/2001 (interrompido 16 a 23/07/2003) 30/07/2006 (reeleito)
Primeiro Ministro	Joaquim Rafael Branco*	MLSTP/PSD	22/06/2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INESTP.

*18º a ocupar o cargo desde a independência do país em 1975.

A atual configuração política do país, no entanto, não tem sido suficiente para evitar o desenrolar de crises políticas constantes. O Quadro 1 ilustra alguns aspectos da situação de instabilidade política tendo em vista os dois últimos mandatos executivos no país. Consoante ao Presidente Fradique de Menezes, este teve seu primeiro mandato interrompido por um golpe de estado⁴. Já o Primeiro-Ministro, Joaquim Rafael Branco, além de ser o 18º a ocupar o cargo desde a independência do país em 1975, teve vários antecessores no cargo durante o governo do Presidente Fradique de Menezes.

Finalmente é perceptível se estar tratando de um país cuja realidade é pautada por diversas vicissitudes, incluindo as de ordem socioeconômica, cultural e política, não

4 Em 16 de Julho de 2003, enquanto fazia visita oficial à Nigéria, o general Fernando Pereira tentou derrubá-lo mediante um golpe de estado, porém Fradique de Menezes foi restaurado no poder em 23 de julho do mesmo ano.

equacionadas com a Independência do país e com a instauração da “democracia”. Porém, quando se analisa a história recente do país é inegável que no decorrer do processo de construção democrática um bom número de pessoas teve aumento em seus rendimentos e na sua expectativa de vida, bem como no acesso a serviços básicos e à educação. Dito isso, passa-se a examinar aspectos relacionados à vida social e econômica do país no próximo segmento do trabalho.

1.3 Visão geral da sociedade e da economia do Estado Arquipélago

A população que forma a sociedade santomense é majoritariamente cristã, sendo predominante a religião católica (82%, em 2008). Mas a prática de cultos tradicionais (animistas e místicas), à semelhança do continente africano e mesmo americano, é frequente nas populações das ilhas. Entretanto, devido à ineficácia na transmissão de valores culturais, morais e éticos, a influência de fatores sócio-culturais exógenos e as rápidas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no país, vem-se assistindo a uma degradação acentuada desses valores com todas as conseqüências daí decorrentes. A cultura santomense permanece, até hoje, com fortes traços de misticismo, que se revelam através de manifestações folclóricas como o *Tchiloli*, o *Auto de Floripes*, a *Puita*, entre outras.

Quanto à distribuição populacional, hoje o total de habitantes do país alcança aproximadamente 189 mil habitantes. Desta população, mais de 80% é constituída por jovens (42% de habitantes com menos de 22 anos). Os dois mais importantes centros populacionais são: a cidade de São Tomé, sua capital, situada na ilha do mesmo nome, e a cidade de Santo António, na ilha do Príncipe. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativo ao ano de 2007, São Tomé e Príncipe atingia o índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,651 (Quadro 2).

Quadro 2 - Indicadores Sociais de São Tomé e Príncipe - 2007

Índice de Desenvolvimento Humano	0,651 (131º lugar) – médio
Expectativa de vida	65,5 anos
Mortalidade infantil	72,3/mil nascidos (163º)
Alfabetização	84,9% (107º)
Homens alfabetizados	92,2%
Mulheres alfabetizadas	77,9%

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

De acordo como o IDH de 0, 651, como se verifica pelo Quadro 2, o país situava-se no 131º lugar, o que corresponde ao posto de desenvolvimento médio, com expectativa de vida de 65,5 anos, mortalidade infantil de 72,3/mil a nascença, taxa bruta de matrícula para todos os níveis de ensino de 65,2%, combinando ensino primário, secundário e superior, e uma taxa de alfabetização de 84,9%, para idade de 15 anos ou mais, quesito no qual os homens aparecem com um percentual de 92,2% e as mulheres com 77,9%.

Em termos geográficos, São Tomé e Príncipe possui um clima do tipo tropical, quente e úmido com temperaturas médias anuais que variam entre os 22°C e os 30°C, marcado por duas épocas naturais: a época das chuvas, com chuvas anuais de cerca de 1000 mm³ durante os meses de setembro a maio e a época seca ou “gravana”, como é chamada na ilha, que decorre de junho a agosto. A temperatura varia em função da altitude e é propícia para o então principal setor da economia: o primário. Atualmente o setor de mais importância para a composição do PIB é terciário, nele destacando-se os ramos de prestação de serviços e o de turismo (OLIVEIRA, 1993). Indicadores Econômicos de São Tomé e Príncipe (Quadro 3).

Quadro 3 – Indicadores Econômicos de São Tomé e Príncipe*

Produto Interno Bruto (PIB)	US\$ 160 milhões	2008
Crescimento anual do PIB	5%	2008
Setores de Atividade		
Agricultura	16,6%	2006
Indústria de transformação	15,3%	2006
Comércio e Serviços	68%	2006
Inflação		
Taxa de inflação	19,4% anual	2008
Taxa de inflação dos últimos 10 anos	15%	2000-10

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

* A unidade monetária de São Tomé é a *dobra*.

Como se observa pelo Quadro 3, com base em dados do INESTP (2009), o valor do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 foi de US\$ 160 milhões, com crescimento anual a uma taxa de aproximadamente 5%. Três setores de atividades respondem pela composição de PIB, quais sejam: a agricultura, que representa 16,6%; a indústria de transformação, com 15,3%, ao que se somam comércio e serviços, que representavam 68% no ano de 2006. Quanto à inflação, tem-se o índice de 19,4 % para o ano de 2008 e uma média rondado a casa dos 15% nos últimos dez anos (2000-2010).

Na estrutura econômica do país, os principais produtos de exportação estão baseados na agricultura como o cacau, com maior expressão, o coco, o azeite de palma, a baunilha e o café. Esses produtos destinam-se principalmente à Alemanha, Angola, França, Países Baixos e Portugal. O país por depender muito do exterior, importa produtos como bens de consumo durável, não durável, de consumo básico, dentre outros como máquinas e equipamentos elétricos e produtos à base de petróleo de Angola, Bélgica, França, Japão e Portugal (NEVES, 2009).

A base da economia esta nos recursos naturais e produções que estão entre eles: cacau, copra, café, óleo de palma, noz de coco e petróleo; com uma economia assentada na agricultura de plantação que depende estruturalmente do cacau. Vínculo que aumenta desde a independência e chegou a representar 90% das exportações do país, deixando a economia vulnerável às oscilações do mercado mundial. O colapso na produção do cacau, ocorrido no decênio de 1980, configurou a segunda crise econômica sofrida desde a independência. A primeira, decorrente das políticas de nacionalização de empresas, resultou no afastamento em massa de mão-de-obra, de estrangeiros europeus e da elite santomense.

As condições socioeconômicas do país apresentam hoje certa degradação. Avaliando dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, depara-se com vários problemas de ordem econômica, entre os quais: inflação elevada, altos custos de produção, dependência da ajuda externa e da importação de alimentos, escassez de infra-estruturas socioeconômicas, êxodo rural, grande dívida externa. Situação que se coaduna com índices preocupantes relativos à distribuição de taxas de desemprego e pobreza entre santomenses, como se verifica no Quadro 4, com altas taxas de desemprego atingindo 13,9 % em 2008; este fenômeno produziu outro grande flagelo que hoje grava a nossa sociedade. As famílias chefiadas por mulheres que vivem na pobreza constituem 55,7%. A extrema pobreza atinge cerca de 15% da população santomense; apesar de se registrar um aumento do salário mínimo nacional no início deste ano o equivalente a 85,00 USD.

Quadro 4– Distribuição de taxas de desemprego e pobreza – 2008 (%)

Taxa de Desemprego	13,9%
Famílias chefiadas por mulheres que vivem na pobreza	55,7%
População em extrema pobreza	15%
Salário mínimo	85,00 USD

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

Ao lado disso, a situação de emprego no país continua a preocupar em virtude dos baixos níveis de ocupação da população economicamente ativa e das altas taxas de desemprego. Ademais, São Tomé e Príncipe, assim como alguns países do continente africano, enfrentam problemas para consolidar suas instituições políticas, qualquer tentativa de desenvolvimento socioeconômico torna-se frágil.

A crise que hoje fustiga a sociedade santomense no aspecto político com maior incidência no aspecto econômico e social, não tem poupado o setor da educação que está afetado por profundas deficiências que traduzem, sobretudo numa notável depreciação da qualidade de ensino com os processos de mudança política, econômica e social registrado ao longo de trinta e cinco anos de independência não foram acompanhados de medidas com vista a ajustar o sistema educativo às novas realidades emergentes e as novas exigências do desenvolvimento. Os diversos que se têm sucedido na cena política santomense apresentam programas e planos imediatamente postos em causa pelos seus sucessores pelo que a falta de estabilidade no nível do setor tem sido um fator imperativo na aplicação de um programa corrente.

Quando se fala ou se pensa no desenvolvimento do país, a educação nunca deve estar de fora. No entanto, em São Tomé e Príncipe a educação ainda esta longe de ser uma prioridade capaz de apoiar o desenvolvimento do País. Há carência de uma política de formação e capacitação dos professores, o que causa uma influência negativa sobre o ensino ministrado; sendo que a lei de base do sistema educativo compreende o ensino básico e secundário. O ensino superior, que sempre é a base de pesquisa e de realizar projetos voltados ao desenvolvimento dos países, ainda é incipiente. A Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, a primeira do país foi fundada somente em 2005. Mesmo assim, tem vindo a resolver o gargalho existente em relação ao ensino superior mesmo reconhecendo que ainda existe uma carência do ensino. Porém, tendo em conta o nível de renda per capita da população local (85,00 USD), resulta muito difícil seu acesso para a maioria da sociedade. Esse fator faz com que os jovens santomenses depositem mais a esperança em realizar estudos superiores no estrangeiro através de bolsas de estudo ou quando conseguem algum financiamento do Governo.

Diante do exposto, há necessidade de ter em conta as assimetrias que perpassam o conjunto de estruturas da sociedade santomense. Para tal, oportuno se faz considerar que um projeto democrático não se concretiza sem enfrentamento da exclusão social. Não faltam

evidências de que a busca de um desenvolvimento humano e sustentado se assenta em certo número de elementos fundamentais, dos quais se pode destacar: existência de estabilidade política e econômica; proteção à natureza e aos direitos humanos: redução de desigualdades sociais, com garantias de acesso à educação, saúde e bem-estar; e, reforço à participação das e dos cidadãos, em particular das mulheres, na vida política e econômica do país.

Com esse pano de fundo, passa-se à exposição do referencial teórico a ser adotado para investigar aspectos da realidade atual da população feminina de São Tomé e Príncipe, destacando fatores relacionados à vida social e política, à violência de gênero e à esfera de trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Resulta sempre complexo e polêmico qualquer assunto que englobe homens e mulheres ou o que se tem denominado de relações de gênero. A categoria gênero foi compreendida em seus estudos iniciais, datados da última metade do século XX, como sinônimo de mulher, sendo uma conotação objetiva e simples, incluindo as mulheres sem as nomear. Sendo assim, não se constituiria como ameaça crítica para o conhecimento estabelecido. O termo foi utilizado, também, para designar as relações sociais entre os sexos, ou seja, os papéis que homens e mulheres exercem na sociedade. Estes, vistos historicamente como integrando esferas separadas, de maneira fragmentada e funcionalista (COSTA, AZEVEDO e FONSECA, 2010).

Segundo Scott (1990, p. 7), “o uso de gênero é um aspecto que se poderia chamar de busca de uma legitimidade institucional para os estudos feministas nos anos 80”. Além disso, o gênero “põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Idem).

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise serviram para questionar a ausência de preocupação com a situação das mulheres na maior parte das teorias sociais formuladas no século XVIII e começo do século XX. Algumas destas teorias construíram sua lógica a partir de analogias que opunham masculino e feminino. Outras reconheceram uma questão feminina, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas sem destacar a realidade de discriminação das mulheres ou as assimetrias nas relações de poder entre homens e mulheres. O enfoque de gênero se direciona a estas relações entendendo-as como fruto de uma construção social e histórica, alimentada por símbolos, normas e instituições que definem modelos de masculinidade e feminilidade e padrões de comportamento aceitáveis ou não para homens e mulheres. Ao lado disso, há o entendimento de que o gênero delimita campos de atuação para cada sexo, dá suporte à elaboração de leis e as suas formas de aplicação. Também está incluída no gênero a idéia de subjetividade em referência a uma forma única de reagir a ofertas sociais, ou seja, o gênero é um produto social que se sobrepõe ao corpo biológico e se constitui em forma exemplar e primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990).

Segundo Osório (2004), o conceito de gênero permite tornar visível o modo como as relações de poder entre homens e mulheres estruturam o modelo social, seja porque desvenda

uma hierarquia social assente no sexo, seja porque permite pôr a nu os mecanismos que fundamentam a organização do poder. Quando falamos em relações de poder estamos a falar em poder enquanto ação, mas também como contra-ação, em estratégias de dominação, mas também em estratégias de contra dominação. Para compreender a desigualdade se precisa entender primeiro a estrutura do poder responsável pela transmissão dos valores que excluem as mulheres do acesso aos recursos e ao exercício do poder.

Grosso modo, o gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser homem ou ser mulher, sendo que na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. As desigualdades de gênero tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras (HERA, 1995). As barreiras visíveis e invisíveis, que mantêm as mulheres fora de posições mais qualificadas e mais bem remuneradas são inúmeras: a feminização de determinadas profissões e sua subsequente desvalorização, resistências sociais, a maternidade e a desigualdade na divisão das tarefas domésticas, a falta de massa crítica de mulheres nas organizações e na política, entre outras.

Fenômenos que se refletem no cotidiano das mulheres e configuram distâncias de gênero em países e continentes. Realidade a incluir as violências praticadas contra as mulheres. Apesar disso, é comum encontrar referido na literatura pertinente ser esta uma das formas mais perversas a demarcar a desigualdade entre os gêneros. A violência constitui-se na manifestação de uma relação de força com fins de dominação, exploração e opressão que se efetiva em meio a relações sociais assimétricas, dimensionadas no âmbito das classes sociais e das relações interpessoais. Diante da interiorização das relações de dominação-subordinação, ou seja, da ação de uma vontade alheia sobre os dominados, a perda da autonomia, assim como as diferenças convertidas em desigualdades, são apreendidas como se fossem naturais. Nesse plano, se expressam as assimetrias de gênero, levando as mulheres a desempenhar papéis sociais subalternos e a partilhar universos simbólicos que legitimam a desigualdade e normatizam relações do tipo hierárquico (GOLDENBERG & MEDRADO e PASTERNOSTRO, apud CHAUI, 2002).

A construção social da inferioridade feminina faz com que o homem, por um lado desfrute de uma posição de poder em relação à mulher no mundo do trabalho e na esfera das relações sociais onde a ele é atribuído o papel de dominador, poderoso, sujeito desejante, caçador. Por outro lado, arca com o ônus desses “privilégios” (SILVA, 1992). “O poder se exerce, não se possui”. O poder produz verdades, disciplina e ordem, mas também está sempre ameaçado de se perder. Quem desobedece tem um campo de possibilidades e readequação de obediência aparente, mas desobediência real de resistência, manipulação da subordinação. Daí então se aceitar, comumente, que o lugar de controle e de poder das mulheres em nossas sociedades estaria no desempenho dos papéis das mães, esposas, donas-de-casa. A reprodução, o direito de se dispor do próprio corpo, a sedução, a organização da vida doméstica, revelariam o empoderamento das mulheres. Ao mesmo tempo, o espaço particular pode se tornar contraditório, inseguro, sempre de tensão, pois pode gerar impasses e polarização do debate "vitimização" - violência localizada no pólo masculino ou "cumplicidade" - jogo relacionado à violência (FOUCAULT, 1977).

Velho (1997), chamando a atenção para a existência de violências, as quais devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares, refere que a “pobreza, a miséria e desigualdade não explicam a violência, mas são indiscutivelmente fatores básicos para a constituição de um campo propício ao desenvolvimento de violências dos mais diferentes tipos”. Insere-se nesse plano o problema da violência conjugal, vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar. Demonstração contundente de relação assimétrica, na qual o homem ocupa a posição de mando, podendo fazer valer a sua autoridade para punir, exigir e por vezes agredir outros componentes da família.

A mulher, cujo papel é lidar com as tarefas domésticas e com o cuidado dos filhos, fica subordinada aos desígnios do homem (GREGORI, 1993). O fenômeno da violência doméstica é uma das maiores contradições da família moderna. Nesse sentido, se a família “assume a realização pessoal dos seus membros, a partilha das tarefas, a igualdade de oportunidades e elevados níveis de comunicação conjugal e inter-geracional como dimensões essenciais à sua organização e funcionamento”, ela também “não está completamente desprovida de violência”. Isso significa dizer que pelo caráter regular com que ocorrem casos de violência doméstica e a “legitimidade cultural” a ela atribuída, acabam por transformá-la em elemento quase “normal” do cotidiano familiar (DIAS, 2004).

Qualificam-se nesse contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher diversos tipos de manifestação que incluem a violência psicológica, a moral e a patrimonial, passam pela violência sexual e chegam à violência física. A última destacada neste trabalho dada a sua ocorrência entre as santomenses, objeto aqui de estudo. A violência física contra a mulher, segundo Silva (1992), nada mais é do que a materialização exacerbada de uma situação de violência anterior constituinte da relação entre os sexos. A relação entre homens e mulheres se fundamenta no controle mútuo, mecanismo necessário à preservação de felicidade, no ciúme, que sustenta a idéia da posse (inclusive do corpo da mulher), na autoridade que garante a supremacia masculina, e que é reforçada pela própria mulher quando, por exemplo, na condição de mãe, invoca a autoridade do companheiro, quando se trata de corrigir os filhos.

Apesar disso, hoje as mulheres assumem a chamada responsabilidade profissional e social. No entanto, sem se despreocupar com as atividades familiares, o que muitas vezes resulta no compromisso de executar uma dupla jornada de trabalho. Assim, falar em mudanças de valores é tarefa complexa, sobre a qual se precisa manter um olhar distanciado e desapassionado, sob pena de fazermos juízos de valores e não a sua análise. Não obstante, não se pode deixar de lado a idéia de valores. Para tal importa clarificar o conceito. Valor é a maneira de ser ou de agir que uma pessoa ou coletividade reconhece como ideal e é o que faz com que as condutas dos seres humanos, aos quais é atribuído, sejam desejáveis, estimáveis ou não. A sociedade tem um conjunto de valores e padrões e consoante a estes valores a conduta do indivíduo pode ser considerada desejável ou não. Portanto, é um ideal que inspira e norteia a maneira de ser e de agir de uma pessoa. As normas que pautam a vida dos homens numa sociedade determinam os seus comportamentos e atitudes e são elaboradas tendo em conta o sistema de valor que norteia essa mesma sociedade, nem sempre assegurando o necessário equilíbrio e a coesão social⁵. Esse descompasso encontra um terreno fértil para sustentar a discriminação contra as mulheres, cujos reflexos se fazem sentir, seja no déficit da participação política feminina, seja no desencadeamento da violência de gênero ou na discriminação no mercado de trabalho.

No mesmo sentido, o problema da participação feminina na esfera pública requer o entendimento de que em qualquer sociedade existem fronteiras hierárquicas a delimitar espaços de competência femininos e masculinos. Requer também mencionar que tais desigualdades, nomeadas assimetrias de gênero, interferem no tipo e nos efeitos da participação das mulheres e,

5 Publicado no Jornal O Parvo: sociedade e valores por Wilson Bragança em São Tomé e Príncipe.

em decorrência, no âmbito das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim, embora essa realidade possa variar de um país para outro, encontram-se nela tantas semelhanças que é possível pensar na existência de ações, valores, percepções e expectativas que fazem parte de um universo compartilhado (PRÁ, 2004).

Assim, a questão da democracia e da representação política deve ser discutida paralelamente com a forma como elas se exprimem, isto é, para compreender as lógicas que permitem ou constroem a participação política, é necessário articulá-la com o conceito de poder. Para Foucault, o “poder não é apenas ação como não existe senão como ação” (FOUCAULT, 1996), o que significa que, para o entendermos, temos que ter em conta o consentimento e as resistências presentes no sujeito sobre o qual se exerce a ação, isto é, têm que ser analisadas as relações de poder.

Como observa Prá (2001) a presença das mulheres no espaço público quebra preconceitos e promove profundas mudanças nas relações domésticas e sociais. E dessa forma a autora entende que as mulheres têm uma importante contribuição para dar à política. A igualdade das mulheres está-se construindo, em muitos casos, em sentido contrário ao das crescentes desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais e midiáticas que caracterizam o mundo globalizado. Perante isso, os avanços da cidadania feminina dificilmente podem ser detectados caso somente leve em conta maior ou menor presença de mulheres em instâncias de decisão política, como por exemplo, as do legislativo, executivo e judiciário.

Outro aspecto da discriminação das mulheres, diz respeito às nuances que demarcam a sua inserção no âmbito do trabalho. A precariedade do trabalho feminino pode ser identificada na situação de diversas mulheres, que para terem acesso ao mercado de trabalho se submetem aos trabalhos precários e sub-remunerados (BRUSCHINI, 2007). Dessa forma como expressa Hirata (1998), essa abertura de postos de trabalho às mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminilização implicou numa desqualificação, passou a ser feita em muitos casos de maneira repetitiva e sem responsabilidade o que justificou os salários baixos e a queda na valorização do emprego.

Na sociedade atual a mulher vem aprendendo a lidar com problemas e dificuldades encontradas na dupla e algumas vezes na tripla jornada de trabalho, no lar e fora dele, pois, mesmo atuando no mercado de trabalho não se isentou das atividades domésticas (NEVES e PEDROSA, 2007). Como observa Doucet (2009), embora existam estudos que apontem a

divisão de trabalho nas tarefas domésticas entre homens e mulheres, a questão da responsabilidade ainda é um aspecto que persiste mantendo as diferenças de gênero.

Em torno do gênero é estruturada a divisão entre trabalho remunerado – produtivo – e trabalho doméstico – reprodutivo –, designada à mulher a responsabilidade deste. O gênero também estrutura a divisão dentro do trabalho remunerado entre ocupações e posições mais valorizadas, com uma concentração maior dos homens, e aqueles de menor prestígio e recompensa, onde se situam majoritariamente as mulheres. O resultado disso é uma “(...) estrutura política – econômica que gera modos de exploração, marginalidade e pobreza, específicas de gênero” (FRASER, 1997 p. 32).

Na avaliação de Laufer (2003, p. 130), sobre a relação das mulheres entre o Estado, a família e o mercado de trabalho - dependências e desigualdades; diz que, embora a igualdade profissional e a igualdade salarial estejam na agenda política das democracias ocidentais como uma das dimensões fundamentais da cidadania das mulheres, a divisão desigual do trabalho familiar e doméstico pesa sobre as desigualdades entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho e limita a autonomia das mulheres.

A autora ainda ressalta que, se a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho atesta progressos de sua igualdade e de sua cidadania, a frequência do emprego em tempo parcial em certos países, a rapidez de seu desenvolvimento em outros, a ambigüidade das políticas de lideranças dos países, que podem confirmar a segregação sexuada do mercado de trabalho, na medida em que essas licenças são solucionadas majoritariamente pelas mulheres, são elementos suficientes que podem levar ao questionamento sobre os limites colocados ao efeito emancipador do trabalho remunerado.

Segundo a Paola Cappellin (1996, p. 158), problematizar a presença de homens e mulheres no mundo de trabalho guarda algumas especificidades frente ao recente acesso das mulheres à educação ou aos partidos políticos e às tomadas de decisão nas instituições. As ações positivas são programas que buscam diversificar as escolhas profissionais, apoiar a inserção das mulheres em setores e níveis de responsabilidade nos locais de trabalho onde elas estão sub-representadas, realizando uma intervenção na divisão sexual do trabalho nas empresas.

A divisão social do trabalho estabelecida no capitalismo separa institucionalmente as atividades domésticas das empresariais, produzindo a rearticulação das relações entre os gêneros. Através de uma nova divisão sexual do trabalho, os homens assumiram a direção das atividades

que se tornavam públicas – a indústria, o comércio, a administração, a política, a ciência etc. – ligadas à produção e administração de mercadorias, conhecimento e poder. Às mulheres, as atividades que se tornaram privadas no interior da família (VAITSMAN, 1989). A autora ainda diz que, a exclusão das mulheres das atividades públicas e a construção de um ideal feminino associado às funções no interior da família delimitaram os papéis legítimos da mulher àqueles diretamente relacionados à reprodução da força de trabalho longe de qualquer participação nos processos decisórios na esfera pública.

Finalmente, a partir do quadro esboçado até aqui vale ressaltar que as diferenças sociais entre homens e mulheres somente são tributárias do papel tradicional tanto do homem, como da mulher desempenhado na sociedade e na família. Isso para mulheres impõe a necessidade de intensificar a luta por seus direitos, para que consigam ocupar espaços reservados aos homens e, com isso, alcancem maior igualdade social. Transpondo esse debate para o contexto de São Tomé e Príncipe, cumpre notar que o país vive hoje um período de transição de antigos para novos valores. Em virtude disso, interessa mostrar, no seguinte capítulo o processo de inserção das mulheres nessa sociedade, chamando a atenção para problemas relacionados à sua participação na vida social e política, bem como dos pertinentes à violência doméstica.

3. A MULHER NA SOCIEDADE SANTOMENSE

São Tomé e Príncipe está num período de crise, de transição, em que os antigos valores estão desaparecendo e novos valores ainda não se firmaram diante da inexistência de referências e de orientação. Portanto, o país vive uma fase conturbada e de desorientação. Consoante ao segmento feminino dessa população, constata-se que esta vivência, certamente de modo mais problemático, os efeitos de tal situação. Mesmo assim, vários eventos ocorridos em nível mundial e local concorreram para algumas modificações na condição feminina, a exemplo das duas guerras mundiais (1914 e 1939), da instituição do Dia Internacional da Mulher pelas Nações Unidas, em 1975. Ao que se soma, em âmbito local, a proclamação da Independência do país (1975), entre outras medidas normativas.

Dentre os eventos mencionados, o contexto que secundou a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens foram para as frentes de batalha, em muitos casos levou as mulheres a assumir negócios de família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Finalizados cada um dos conflitos, e em especial o da II Guerra Mundial, algumas situações contribuíram para que as mulheres conquistassem espaços no mercado de trabalho. Alguns dos sobreviventes que haviam lutado por seus países ficaram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho, fazendo com que muitas mulheres se vissem obrigadas a deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho realizados por seus maridos (ARAÚJO, 2004).

Outro contexto a provocar mudanças na condição feminina pode ser associado à instituição da data de 8 de março (1975) como a do Dia Internacional da Mulher. Este foi, talvez, o pontapé inicial no questionamento da situação social das mulheres. Sua origem serve para lembrar da morte de 129 operárias de uma fábrica em Nova Iorque que em 1857 fizeram uma manifestação contra as más condições de trabalho, reivindicando também a redução da jornada de trabalho, na época de 14 horas por dia. Como forma de repressão ao movimento os patrões fecharam as portas da fábrica e as operárias foram queimadas vivas. Cabe notar que esse dia ficou conhecido como o dia internacional da mulher trabalhadora a partir de 1910, na Conferência Internacional da Mulher Socialista. No entanto, somente em 1975 a ONU incluiu o 8 de março em seu calendário oficial de comemorações (TOSCANO & GOLDEMBERG, 1992).

A importância da incorporação dessa data em diversos países também se fez expressiva em São Tomé e Príncipe, coincidindo com a independência do país, em 1975. Paradoxalmente, o ativismo das mulheres em movimentos que culminaram com a emancipação do país, encontrava correspondência com situações na qual elas, em sua maioria, estavam circunscritas ao ambiente doméstico, independentemente de trabalharem em empresas agrícolas. Nesse cenário, começa-se a verificar mudanças significativas na situação da mulher em São Tomé e Príncipe, sobretudo em termos de legislação.

De acordo com Joffer (2008), o trabalho, a família e o próprio mercado de trabalho, se transformaram significativamente no final do século XX, com a entrada expressiva das mulheres em atividades remuneradas. Alguns fatores contribuíram para essa mudança, como a informatização, a integração em rede e a globalização da economia. A família é quem percebe mais de perto o processo de incorporação das mulheres no mercado de trabalho, através da participação financeira, recurso que é esperado para o suprimento das necessidades domésticas.

No âmbito das políticas públicas para as mulheres, durante a 1ª República do partido MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), que corresponde ao ano de 1975 á 1990; a OMSTP (Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe), chamou a si a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar as mulheres a fim de estimular a sua participação no processo de reconstrução do País.

Consoante os documentos recebidos sobre a situação da mulher no país se constatou que, com o advento da democracia, a OMSTP deixou de existir como a única aglutinadora de todas as mulheres, embora continuasse como um departamento do seu partido. Assim, em 1992, o Governo criou através do decreto nº 43/92 o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família, como quadro institucional da Mulher. Este Gabinete, que está sob a tutela direta da Ex-Primeira-Ministra Maria das Neves, tem como objetivo principal, o estudo e análise da Condição Feminina, visando à promoção da igualdade de direito e de oportunidades, assim como a intervenção em todas as áreas com incidência na situação das mulheres e da família.

Assim em 1992, como apoio do PNUD e da UNIFEM, foi elaborado um Plano de Ação para a integração da mulher santomense no desenvolvimento. Este documento, que foi precedido de um estudo sobre a situação da mulher em São Tomé e Príncipe, visava melhorar a sua participação como agente e beneficiária em todos os domínios do desenvolvimento do país, mas nunca chegou a ser implementado.

Em 1995 quando aconteceu a Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, se aprovou como prioridade a participação igualitária da mulher na tomada de decisões e que esta constitui não só uma exigência básica da justiça ou democracia, mas também pode ser considerada condição necessária para que os interesses da mulher sejam levados em conta. Sem a participação ativa da mulher e a incorporação do seu ponto de vista em todos os níveis do processo de tomada de decisões não se poderá conseguir os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz.

Ainda se constatou, que, após a realização da Conferência de Beijing, foi criada pelo governo uma comissão nacional encarregada de implementar a Plataforma de Ação. Esta comissão, conjuntamente com um grupo de mulheres de boa vontade e de várias sensibilidades políticas e pertencentes a vários estratos sociais, preparou e realizou o I Fórum da Mulher Santomense em fevereiro de 1996. Nesse Fórum, foi adotada a Plataforma de Ação da Mulher Santomense, com áreas críticas e respectivos objetivos estratégicos e recomendações, que permitem atingir um desenvolvimento sustentado baseado na igualdade entre os sexos⁶. Infelizmente, essa Plataforma, que só viria a ser aprovada pelo Governo por uma resolução interna do Primeiro Ministro em novembro de 1998, também não foi implementada como um todo, embora algumas ações previstas tenham sido ou estão a ser implementadas por ONGs.

Aproveitando a dinâmica gerada com a preparação e a realização do I Fórum, algum tempo depois, foi criado o Fórum das Mulheres de São Tomé e Príncipe, uma agremiação de ONGs femininas e pessoas singulares, que visava ser um órgão consultivo do quadro institucional da mulher e acompanhar a implementação da Plataforma de Ação, entre outros.

Outro aspecto que se pode realçar é que depois da Conferência de Beijing surgiram várias Associações e ONGs nacionais que trabalham no domínio da mulher, umas mais ativas do que outras, mas todas enfrentando um problema comum: a falta de financiamento para a execução do seu plano de ação.

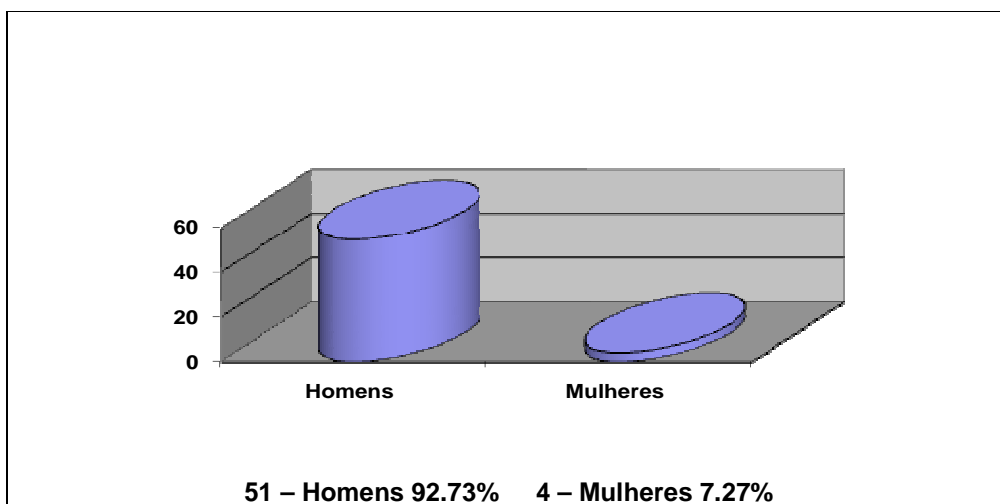
A participação das mulheres na tomada de decisões e na partilha de poderes conheceu uma melhoria, sobretudo ao nível do poder executivo, tendo-se dado passos significativos na participação da mulher na chefia de órgãos de soberania.

⁶ Comissão Nacional de Implementação, Plataforma de Ação, I Fórum da Mulher santomense, Fevereiro de 1996.

3.1 Mulheres em cargo de decisão em São Tomé e Príncipe

É inegável que a mulher vem ganhando cada vez mais espaço na vida social. No entanto, elas ainda sofrem os efeitos de uma educação discriminatória; desempenham não raro trabalho igual ao do homem recebendo menor remuneração; são minorias na política partidária e nos espaços de poder e decisão; enfrentam muitas vezes a dupla jornada de trabalho, acumulando funções profissionais e de cuidado da casa e dos outros (pai, marido, filhos, crianças, idosos e doentes), no geral sem a contrapartida masculina; e ainda estão sujeitas a vários tipos de violência de gênero. Na política, não é diferente, pois já é razoável o número de mulheres ocupando altos cargos no poder. Mas, quando se compara tal realidade com a de outros países, é perceptível que São Tomé e Príncipe ainda tem muito a melhorar (Figura 2).

Figura 2 - Homens e Mulheres no Parlamento - 2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Assembléia Nacional.

Com base em informações relativas à ocupação de cargos legislativos em 2006, pode-se constatar pela Figura 2 que as mulheres têm uma pequena representatividade no espaço parlamentar (7.27%), em comparação aos homens (92.73%). A presente situação, longe de ser aceitável, é bastante diferente se for considerado que com a aprovação das cotas de gênero, as mulheres, a partir de agosto de 2010, terão a possibilidade de representar 30% do Parlamento, o que equivale a 17 mulheres entre 55 deputados. O Parlamento de São Tomé e Príncipe aprovou uma resolução que determina as mulheres uma quota mínima de 30% dos assentos da Assembléia Nacional, a partir das eleições Legislativa. Durante a votação das quotas, mais de

uma centena de mulheres de todos os partidos políticos protestavam na porta do Parlamento portando pelo menos duas dezenas de cartazes contra a maioria masculina naquela casa. Manifestação que se tornou festiva logo após a aprovação da lei.

Para a presidente da Rede das Mulheres Maria das Neves a fraca presença feminina na Assembleia Nacional legislativa constituía uma situação deveras preocupante, e defendeu a igualdade de direitos e de oportunidades para todas as mulheres na participação na vida política e cívica do país⁷. A exigência de uma quota feminina mínima (30%) para cargos parlamentares e a sua aprovação resultou de uma parceria política de mulheres do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), do PCD (Partido de Convergência Democrática), do MDFM (Movimento Democrático Força de Mudança) e da ADI (Ação Democrática Independente), que discutiram, aprovaram e adotaram o projeto apresentado aos Órgãos de Soberania a 11 de Março 2009.

Um estudo sobre as mulheres na política em 2010 publicado pela união interparlamentar e divisão da promoção da mulher das Nações Unidas, na 54^a sessão da comissão da condição da mulher da ONU, mostra que entre os Estados da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) em São Tomé e Príncipe as mulheres ocupam uma modesta posição nos ministérios governamentais com 38,5%. A Figura 3 ilustra a mulher ocupando o cargo de Ministra das Finanças, fenómeno visto hoje e impensável no passado.

Figura 3 – Ministério das Finanças e da Administração Pública



Fonte: <http://www.gpeari.min-financas>, (2009).

7 Entrevista publicada no jornal santomense: www.jornal.st

No Quadro 5, sobre a participação das mulheres em cargos de decisão no período de 2000 a 2010, pode-se notar que elas vêm ganhando espaços nas principais funções e cargos de decisões da sociedade santomense como tal.

Quadro 5- Mulheres em cargos de decisão 2000-2010

Cargo	Ocupante	Período
Primeira Ministra	Maria das Neves Maria de Carmo	2002-2004 2005-2006
Secretária de Estado	Elsa Pinto Célia Posser	2002-2004 2005-2006
Presidente da Câmara Distrital	Fernanda Margato	2000-2007
Presidente do Supremo Tribunal de Justiça	Alice Carvalho	2001-2009
Governadora do Banco Central	Maria de Carmo	1999-2005
Ministérios de Estado		
Plano e Finanças	Maria Tebús Maria do Carmo Ângela Viegas	2001-2003 2005 2008-2010
Economia	Cristina Dias	2008
Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente	Cristina Dias	2009-2010
Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	Alda da Conceição	2002
Educação	Armanda Cunha Fernanda Pontífice Maria de Fátima	2000-2001 2001-2002 2006-2008
Trabalho, Solidariedade e Família	Maria de Cristo Maria Tomé	2006-2008 2009-2010
Comunicação Social, Juventude e Desporto	Maria de Cristo	2009-2010
Justiça	Elsa Pinto	2003-2005
Defesa Nacional	Elsa Pinto	2009-2010
Saúde	Claudina Cruz	2001-2003
Agricultura e Desenvolvimento Rural	Valdimira Tavares	2008

Fonte: Elaboração própria, segundo dados da Assembléia Nacional.

É importante frisar que em São Tomé e Príncipe o nível da participação feminina na política é cada vez mais crescente basta referir que a mulher ocupa lugares importantes nos órgãos do poder do Estado. Como se verifica no Quadro 5 as mulheres já ocuparam variadas pastas no país, Primeira Ministra⁸; Secretária do Estado; Presidente da Câmara Distrital;

⁸ As duas mulheres que já ocuparam o cargo de Primeira Ministra foram indicadas pelo partido MLSTP/PSD – a primeira foi, Maria das Neves, de 07/10/2002 – 18/09/2004, foi interrompido brevemente (16/06/2003 – 23/06/2003) durante o golpe militar; a segunda foi Maria do Carmo Silveira em 08/06/2005 – 21/04/2006 e também Governadora

Presidente do Supremo Tribunal da Justiça; Governadora do Banco Central; e nos ministérios, o de Plano e Finanças; Economia; Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente; Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; Educação; Trabalho, Solidariedade e Família; Comunicação Social, Juventude e Desporto; Justiça; Defesa Nacional; Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Um dos domínios onde provavelmente os fatores históricos mais do que os culturais e tradicionais fragilizaram a participação ativa das mulheres, foi sem dúvida alguma o da esfera política. Foi, no entanto, com a proclamação da independência, a adesão e adoção de uma série de mecanismos internacionais quem abriu novas perspectivas para as mulheres na vida política. Nos tempos remotos na sociedade santomense as mulheres sofriam por sua condição, sendo que na composição da família tradicional a educação era relevante apenas para os homens e as mulheres eram mantidas em casa para aprender a cuidar do lar. Ou seja, os homens eram mandados para escola com o intuito de preparar um futuro promissor e poder sustentar a sua família já que era considerado o principal responsável por seu sustento, enquanto à mulher só cabia a função de cuidar da organização da casa e acompanhar a educação dos filhos. Assim, apesar do crescimento expressivo da participação feminina no mundo do trabalho, é comum as mulheres desempenharem tarefas iguais as dos homens, mas com menor remuneração ou enfrentarem a dupla jornada de trabalho, associando funções profissionais com o cuidado da casa e dos outros (pai, marido, filhos, crianças, idosos e doentes).

Nesse sentido, como expressa Osório (2010), o impacto da presença das mulheres no sistema legal e na elaboração de leis mais justas depende, em última análise, da forma de acesso ao Parlamento, da sua competência e da clareza de que representam eleitores excluídos e que só a sua intervenção pode acabar com a discriminação das mulheres na lei e nas políticas públicas. Se a entrada da mulher no campo político exige reorganização da vida política, da vida pessoal e negociação familiar, há estratégias que postas em prática por uma agenda comum das mulheres parlamentares podem favorecer e assegurar um real poder a elas.

É inegável que nos últimos anos as santomenses vem conquistando espaços importantes na vida social e política e na economia do país. Entrementes, elas ainda são minorias na política

do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) de 1999 á 2005, Maria do Carmo Silveira, acabou acumulando duas pastas quando foi nomeada a Primeira Ministra, em 2005.

partidária e nos espaços de poder e decisão; estão sujeitas a vários tipos de violência de gênero, aos efeitos de uma educação discriminatória e a uma situação desigual no mercado de trabalho.

Em suma, apesar da existência de um quadro legal que favorece sua plena participação vários constrangimentos limitam essa participação, entre os quais se destacam: a existência de estereótipos que conferem superioridade masculina; a educação e socialização sexistas; a baixa escolarização e o fraco nível cultural e de qualificação técnica profissional; a imagem que a mulher tem de si própria, não acreditando nas suas próprias capacidades e nas de outras mulheres; a falta de estímulo e apoio da família, entre outros aspectos. Situação exacerbada quando se trata do problema da violência de gênero.

3.2 Violência doméstica contra mulher

Segundo Souza (2002, p. 130), o fenômeno da violência contra a mulher ocorre nas sociedades há milhares de anos, por muito tempo. Entretanto, não se tornou conhecido pelo fato de acontecer, principalmente no âmbito privado. O espaço doméstico familiar, local de relações contraditórias, conflituosas e de poder, tem se revelado propício para o exercício da violência. Neste espaço cria-se um círculo vicioso para o agressor que, na maioria das vezes, é membro da família, procura exercer um controle social e reafirmar seu poder sobre a mulher. O agressor, dado ao seu papel de “provedor da família” é beneficiado pela tolerância da cultura machista, enquanto a mulher, produto e vítima desta mesma cultura, por muito tempo se recolheu na intimidade do lar e nas sombras da cultura que a subordinou ao espaço doméstico sem protagonismo em sua própria história. É preciso compreender que a violência contra a mulher faz parte dos recursos de poder utilizados pelos homens para manter os privilégios e os benefícios que a liminar cultura machista lhe tem assegurado.

Como se sabe, durante muito tempo, a mulher foi considerada como objeto, um ser social com pouco ou nenhum direito e que, por isso mesmo, sofre inúmeros tipos de violência. Ao lado disso, como assevera Silva (1992), mulheres que sofrem violência seguidamente não a denunciam por a considerarem normal; por sentimento de vergonha, de culpa; por dependerem emocional e economicamente do marido ou companheiro, por não vislumbrarem formas de romper com a cadeia de violência (falta e ineficácia de equipamentos de consumo coletivo que possibilitem a libertação da mulher da esfera doméstica).

Apesar desse quadro, a superação da violência, como sugere Brauner (2008), não pode envolver ações como as de uma guerra que leva a matar ou morrer, pois deve ser um espaço permanente de negociação. Ao mesmo tempo, a violência deve ser entendida como qualquer manifestação voltada a controlar e subjugar outra pessoa pelo medo, pela humilhação ou por agressões emocionais, sexuais ou físicas. Já a violência de gênero envolve ações ou circunstâncias que, em função do gênero da pessoa geram submissão física e/ou emocional, independentemente de ser esta visível ou invisível. Devido a isso, a autora advoga que a violência de gênero não tem origem na violência em geral, mas que decorre das desigualdades sociais existentes entre mulheres e homens. Nesse sentido, como sustenta Fouclaut (1977), a violência pode ser observada no campo das relações afetivas e sexuais, e ser compreendida enquanto um jogo a ser vivido a dois.

Consoante a São Tomé e Príncipe, há vários anos o país vem se confrontando com a problemática da violência. Muitos fatores da violência ainda são imprecisos, mas podem ser nomeados como principais responsáveis pelo fenômeno: (i) o desemprego (situação financeira); (ii) o alcoolismo; (iii) o abandono do lar; (iv) o machismo e; (v) a ausência de leis e medidas coercivas. Enfim, estas são entre várias outras razões as que levam à criminalidade e ao vandalismo no seio de uma família. Na Figura 4 podemos ver um exemplo da vítima da violência física praticada nessa sociedade.

Figura 4 – Violência física contra a mulher em São Tomé e Príncipe



Fonte: Imagem do jornal Tropical de São Tomé e Príncipe: <http://www.jornaltropical.st>.

Segundo dados fornecidos pelo diretor do Centro de Acolhimento das Vítimas Contra a Violência em São Tomé e Príncipe, durante 2008, deram entrada no centro 475 registros de violência doméstica, sendo o mês de Outubro o de maior ocorrência, com 62 casos apurados. O mandatário ainda realça que a maioria deles envolve senhoras vitimadas pelos maridos por maus tratos físicos⁹. Sendo assim, a incidência de casos de violência contra a mulher exemplifica como ela necessita da proteção pelo sistema legal, embora essa execução ainda seja precária e pouco disponível. Ademais, muitas santomenses não conhecem seus direitos a proteção, mesmos que seja incipiente, apesar de concordarem que existe violência nos seus lares.

Ao mesmo tempo, a maioria das mulheres agredidas normalmente não tem independência econômica, tem filhos e muitas vezes filhos de outros relacionamentos que o atual marido sustenta. Assim, não são raros os casos em que a falta de recursos para sobreviver impede-as de abandonar o agressor. Argumento avalizado por Silva (1992) quando diz que embora a violência contra a mulher esteja inscrita na própria organização da sociedade e se situe enquanto fenômeno transversal a todos as classes sociais ela passa a ser um fenômeno que responde pela dependência financeira e, no outro extremo, pela carência econômica. Ao lado disso, a autora traça o perfil do agressor mais comum como um indivíduo desviante, sem atividade fixa, viciado em bebida alcoólica ou outra droga e filho de pais separados.

Destaque-se, ainda, que embora a violência esteja presente na relação, não sendo um fenômeno de um único vetor, mas sim um fenômeno de mão-dupla, as práticas de violência, sobretudo de violência física da mulher em relação ao homem não é muito comum. Quando ocorrem, geralmente a situação de tensão na relação já está num nível insuportável ou ela agride seu companheiro para se defender (SILVA, 1992). A Presidente do Fórum, Maria do Carmo, argumenta que os casos de violência doméstica também existem contra os homens, entretanto, assinala que a maioria de situações que prefigura casos de violência doméstica é a exercida sobre mulheres por marido ou companheiro e cujas causas estão enraizadas em costumes e estereótipos culturais que remetem a mulher à situação de cidadã de segunda. A Presidente ainda ressalta que não pode deixar de referir que se trata de uma cruel realidade que ofende as mulheres na sua dignidade humana, enquanto pessoas, e na sua condição de cidadãs num Estado de Direito

9 Conversa encaminhada via correio eletrônico com o diretor do Centro de Acolhimento a Vítimas da Violência Doméstica em São Tomé e Príncipe. O centro é financiado pela PNUD e gerido pelo fundo Canadano que presta trabalho em volta deste processo e vem contribuindo para a diminuição dos muitos casos registrados nos últimos anos.

Democrático, estando, na sua origem, a persistência de flagrantes desigualdades entre mulheres e homens¹⁰.

Nesses termos, a violência contra a mulher não deve ser analisada apenas por atos individuais isolados. Antes de tudo ela reflete desigualdades sociais, econômicas e políticas perpetuadas por aparatos sociais e que reforçam ideologias sexistas, racistas e classistas. Apesar de qualquer mulher estar em risco de sofrer violência em sua vida, tal dimensão está relacionada ao seu status social, grupo étnico-racial e condição física (GROSSI, 1996, p. 134). Mesmo assim, a precariedade da condição humana da grande maioria desse extrato social pautada por desemprego, discriminação, e violência física indica se estar perante uma cultura de feminização da pobreza. Por isso, existe ainda um longo e difícil caminho a percorrer para que se alcance, de fato, a equidade do gênero na sociedade santomense. Situação inquestionável, apesar de muitas mulheres começarem a assumir cada vez mais um papel bastante ativo em São Tomé e Príncipe, tanto na vida política, como econômica e social, assumindo as mais diversas responsabilidades, quer em Órgãos de Soberania ou Partidários, quer, ainda, em estruturas intermédias do poder.

Nesse ponto, é oportuno lembrar Saffioti (2004) quando diz que a violência contra as mulheres sempre existiu, aliás, como um fenômeno mundial, que independe da riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura – ocidental ou oriental – da religião dominante. No caso santomense, tais afirmações podem ser corroboradas já que essa problemática sempre existiu em São Tomé e Príncipe; portanto cabe ao Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das suas relações em defesa da unidade familiar. Os casos de violência doméstica são tratados de forma pouco sensível e discriminatória. Torna-se, por isso, urgente a modificação da legislação em vigor para que se cumpra a Constituição e se dê o adequado tratamento legal a essa questão levando em conta além do tratamento e punição destas situações a sua prevenção.

Uma nova consciência sobre a identidade feminina tem organizado as mulheres em torno de diversas bandeiras de luta, tais como: participação política, igualdade civil, acesso a programas sociais específicos e outros. Essa identidade, enquanto projeto em construção, depende hoje da aquisição deste conjunto de direitos capazes de garantir cidadania às mulheres. Algumas políticas de proteção social são fundamentais para que a mulher adquira igualdade de

10 A Presidente do Fórum da Mulher santomense, numa entrevista para o jornal Parvo de São Tomé e Príncipe no dia 23/03/2009.

condição para o desenvolvimento de suas faculdades e possibilidades na sociedade santomense. Destaca-se como fundamental a educação formal a qual tem grande importância para a superação da discriminação à mulher, ou seja, a capacidade de compreensão e armazenamento de conhecimentos pode fazer com que a mulher se promova intelectualmente e possa demonstrar capacidades e aptidões para ocupar espaços que são vedados a ela (SOUZA, 2002, p. 133).

A incorporação da questão de gênero no enfrentamento do problema de violência contra a mulher mostra-se, portanto, fundamental, pois é por meio de situações cotidianas e repetitivas que o papel feminino vai sendo definido. Ao destinar à mulher um papel submisso e passivo, a sociedade cria espaço para a dominação masculina, onde o processo de mutilação feminina é lento, gradual e considerado legítimo. A violência física nada mais é do que uma das formas mais exacerbadas de poder masculino, isto é, em nossa sociedade, a mulher é socializada para casar e ter filhos, baseada na ideologia de que mulheres são mães por natureza ou de que as mulheres são responsáveis pela manutenção da estrutura familiar. Tais fatores estão associados na permanência de mulheres em situação de violência, além de agravantes econômicos e estruturais (GROSSI, 1996). Com esse pano de fundo, passa-se a focar aspectos referentes à inserção feminina no mercado de trabalho santomense.

4. AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Nos países de desenvolvimento tardio instituiu-se a nova ordem do consumo, mas, diante da intensa exploração da força do trabalho, como suporte do sistema de acumulação vigente, continua a família a se constituir no espaço privilegiado das alternativas de sobrevivência, em detrimento da participação direta e indireta do capital, na manutenção e reposição do trabalhador. Nestas condições, persiste a hegemonia da cultura machista que legitima o padrão de dominação do homem sobre a mulher (GOLDENBERG; MEDRADO e PASTERNOSTRO, 1989).

Em São Tomé e Príncipe, tanto no passado como na atualidade, existem casos familiares onde as mulheres não desfrutam das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Na altura, as dificuldades das meninas para atingirem à escolarização envolviam diversos fatores, tais como: tradições familiares que oprimiam ou escravizavam as meninas; falta de estruturas nas escolas que pudesse recebê-las de forma adequada e, despreparo dos educadores em incentivá-las a continuar até que se casassem ou engravidassem. A independência da mulher nessa época, significaria o abandono das suas funções tradicionais; elas reduziriam o número de filhos e dedicariam a atividades fora do lar e isso não era aceite pelos seus maridos e não era visto com bons olhos na sociedade santomense. A ruptura definitiva dessas funções deu-se em fins dos anos 70 do século XX, quando as mulheres passaram a rejeitar a identidade de donas-de-casa e a se incorporar no mercado de trabalho (CARNOY, 1999).

Até a independência, a presença da mulher no mercado de trabalho (formal) era incipiente ou quase nula, sendo que a maioria delas permanecia na condição de dona de casa e se dedicava a tarefas domésticas, entretanto, com o passar do tempo a presença da mulher no campo social e do trabalho vem crescendo. Tal crescimento, contudo, é acompanhado de um processo de desregulamentação do mercado de trabalho e de retrocesso do Estado do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à proteção do emprego. Situação que só fez aumentar a insegurança dos trabalhadores e tornar precárias as relações de trabalho, como observa (MATTOSO, 1998). O resultado mais expressivo da flexibilização na produção foi à expansão das formas de precarização do trabalho.

No campo do trabalho, em alguns casos há fraca participação das mulheres nas atividades econômicas em outros o desemprego, o subemprego ou o recebimento de menores salários, o que

significa a evidente subestimação do papel da mulher na sociedade. A santomense ainda vive a exclusão social, porque a pobreza atinge em maior número as mulheres, unido ao insucesso escolar, o desemprego, a violência e entre outros fatores aliada a esta situação, perante a instabilidade macroeconômica do país, marcada por elevadas taxas de inflação; a fragilidade da capacidade de resposta dos órgãos do Estado para fazer face aos inúmeros problemas que a população em geral e as mulheres em particular enfrentam têm contribuído para fragilizar ainda mais a posição da mulher santomense no que concerne, sobretudo às desigualdades do gênero.

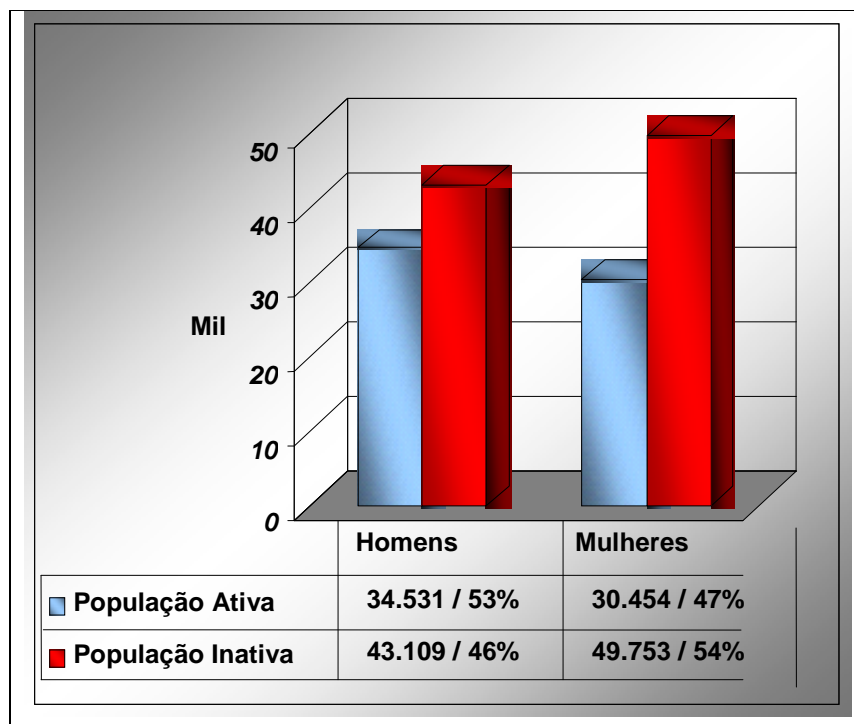
Diante de tantas contradições, as mulheres, se vêm desprotegidas de direitos e empurradas para a informalidade. No que diz respeito à inserção ocupacional das mulheres, essa é mais marcada por continuidades do que por mudanças (BRUSCHINI, 1998). As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência ocupacional, como, por exemplo, no do emprego doméstico.

O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso a creche, entre outros. Deve-se salientar que o aumento de ocupações precárias tem ajudado também a absorver uma parcela de homens, ocorrendo, por vias transversas, redução da segmentação por gênero. Assim, as diferenças de trabalho masculino e feminino estão diminuindo, só que agora não somente pela capacidade das mulheres de entrarem no mercado reservado aos homens, mas também pela redução deste último e pela participação conjunta de homens e mulheres nos empregos precários que hoje o mercado de trabalho oferece a ambos os sexos (LEONE, 2003).

As atividades desenvolvidas pelas mulheres domésticas, mais conhecidas por donas de casa, não são consideradas atividades econômicas e elas próprias, muitas vezes, declaram não fazer nada, o que significa que também não valorizam a contribuição que dão para a reprodução das condições de reprodução. O preço pago com a modernização e a inserção no mundo globalizado traz repercussões, na maioria das vezes negativas, para “as que vivem do trabalho”. Hoje, a inserção no mercado de trabalho requer uma infinidade de exigências, que a grande parte das mulheres santomenses ainda não consegue atender como: ter nível elevado de conhecimento em várias áreas, ser multifuncional, saber vários idiomas e ter boa saúde que são alguns dos

critérios estabelecidos para se ter possibilidade de conquistar um trabalho que na maioria das vezes nem é formal, (Figura 5).

Figura 5- Condição perante o trabalho – 2008



Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

Com relação ao exposto na Figura 5, cumpre notar que entre o contingente da população ativa, os homens representam 53% desta, já entre a população inativa sobressaem às mulheres, numa proporção de 54%. Tais informações encontram correspondência com os dados do Quadro 6, que revelam os homens se encontrarem em melhores situações do que as mulheres, apesar de que nas camadas mais jovens, a tendência seja se ter cada vez mais paridade. A expressiva distância de gênero observada diz respeito à proporção dos 72,5% de homens que ocupam posições intermediárias no campo do trabalho e, em particular, aos mesmos 68,6% que num quesito qualificam os homens em ocupações relacionados a postos de comando e decisão e, no outro, as mulheres entre os profissionais não qualificados. A despeito disso, é de destacar que são elas que abandonam mais facilmente a escola, sobretudo em situações de crise econômica no seio da família, de gravidez precoce e por ser mais fácil sacrificar a continuidade dos estudos das raparigas por razões culturais.

Quadro 6 – Ocupação por gênero - 2006

Ocupação	Homens	%	Mulheres	%	Total
Estudantes	10301	51,0%	9905	49,0%	20206
Executivo, legislativo e quadros superiores	350	68,6%	160	31,4%	510
Profissão intelectual e científica	2551	56,1%	1994	43,9%	4545
Profissão intermediária	1050	72,5%	399	27,5%	1449
Atividade administrativa e ocupação	2201	58,0%	1595	42,0%	3796
Profissionais não qualificados	4451	30,8%	10010	69,2%	14461

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

A dependência em termos econômicos, a fraca instrução e a herança cultural fazem com que as mulheres tenham uma situação de subalternidade em relação aos homens. Para piorar esta situação, são elas a assumirem a maioria ou a totalidade das responsabilidades com os filhos, quer em termos de subsistência, quer em termos de educação, enfrentando a situação de monoparentalidade, ou seja, mães que sozinhas criam os seus filhos e assumem o comando do lar após os homens as deixarem.

Muitas das vezes as mulheres têm filhos com dois ou três homens diferentes, com a intenção de cada pai individualmente poderiam vir a apoiar financeiramente seu filho, o que ajudaria economicamente essas mães, mesmo sabendo da inexistência de uma lei como tal que obrigue os pais a pagar uma mesada obrigatória. A dependência econômica tem deste modo, repercussões na saúde da família, no ambiente familiar não harmonioso e não saudável e, sobretudo na má educação dos filhos. As crianças de famílias monoparentais sofrem dificuldades de diversas ordens e tendem a repetir o ciclo já que a má educação, pobreza e dependência da mãe traduzem-se em má educação, pobreza e dependência dos filhos (HENRIQUES, 2000).

Deste modo, a pobreza das mulheres não tem repercussões apenas nas suas vidas, mas também na das crianças e na sociedade em geral¹¹. Perante esta situação as mulheres ficam também bastante vulneráveis a contrair certas doenças. A fraca formação e a dependência econômica fazem com que as mulheres aceitem os seus maridos mesmo sabendo que estes têm

¹¹ Grande parte dos homens fica quase que “dispensados” das responsabilidades para com os filhos, pouco zelam pela educação dos mesmos e consideram normal ter várias mulheres simultaneamente. Aproveitam da situação de vulnerabilidade das mulheres para praticarem a exploração sexual e a violência doméstica.

outras e que podem contrair doenças como o HIV. Isto acarreta efeitos secundários, como por exemplo, para uma população de aproximadamente 189 mil pessoas, o arquipélago tem uma soroprevalência de 1.5%, segundo dados do Programa Nacional de Luta contra a Sida (PNLS) em 2005.

Com fortes dificuldades no mercado de trabalho e visto o seu papel ser prioritário no sustento da casa, as mulheres também têm de desenvolver atividades informais, pelo que desempenham um papel bastante importante no desenvolvimento a este nível, deste modo, a pobreza afeta majoritariamente as mulheres, constituindo, a causa e consequência da desigualdade social.

Figura 6 - Espaço livre de venda do produto em São Tomé e Príncipe - 2009



Fonte: Imagens da Wikipédia: <http://www.travel-images.com/sao-tome-principe3.html>, (2009).

A Figura 6 apresenta uma panorâmica comum dos espaços de venda ambulantes, um local altamente desconfortável ao ar livre, muitas vezes sufocada pelo sol e pela chuva, mas tentando cumprir seus objetivos de venda de produtos ou mercadorias retalhados (sal, óleo, açúcar, arroz, feijão, etc.). Ou seja, retrata a precária realidade da mulher no mercado informal; mostrando como ela acaba recorrendo a este mercado, por ser a única alternativa para poder ter alguma fonte de rendimento.

O setor informal surge, então, como alternativa ao emprego, porém trazendo baixos salários e a possibilidade da realização de atividades mais precárias. Isso leva dizer que o mercado formal esta cada vez mais restrito e que o setor informal passa a ser interpretado como uma solução. Ademais, esse tipo de atividade gera desproteção em função da falta de garantias

trabalhistas e de seguridade social. A constatação das mazelas deste setor da economia em âmbito mundial surgiu a partir da década de 1970, quando relatório da ONU/OIT sugere que as dificuldades dos trabalhadores de conseguirem emprego no setor formal da economia, considerado dinâmico e protegido, fazia com que as atividades informais fossem buscadas como uma saída para a subsistência. De acordo com Ramos (2007), estes trabalhadores estariam longe de compor um grupo alienado do setor de produção moderno, uma vez que contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento capitalista dos países periféricos.

Outra característica da inserção feminina no mercado de trabalho santomense, se refere às diferenças salariais entre homens e mulheres. Segundo Silva (1987), os estudos sobre as diferenças salariais entre mulheres e homens, identificam o prejuízo das primeiras e questionam as relações sociais e econômicas existentes, com o argumento de que elas se tornam o elo final da hierarquização nas sociedades modernas, determinando a redução dos níveis de bem-estar a serem atingidos pelas pessoas.

Ainda acerca da ocupação de atividades pela população feminina, destacam-se aí os setores de agricultura, pecuária e pesca, destinados ao auto-consumo, nos quais há evidente perda de importância das monoculturas para exportação e crescimento do mercado de trabalho informal. A inserção das mulheres na informalidade se expandiu ultimamente, para grande parte delas por não conseguirem se inserir no mercado formal e terem de buscar meios para sua sobrevivência, mesmo diante da falta de direitos trabalhistas, que é o principal gargalo do trabalho informal. Nesse sentido, as mulheres são as principais vítimas da precarização do trabalho, da ausência de carteira assinada, do trabalho temporário e de doenças ocupacionais em virtude da realização de tarefas repetitivas. Assim, como na maioria dos países africanos, a atividade informal vem crescendo com muito dinamismo e importância, sobretudo nos pequenos negócios comerciais, onde se encontram mulheres vendendo produtos retalhados no mercado.

Na Figura 7 se tem a visão de mulheres no desempenho da atividade informal de forma mais organizada, cada uma com espaço próprio; situação diferente da verificada em períodos anteriores. Nesse mercado, elas se dedicam à venda de mercadorias e produtos como legumes e frutas, muitas das vezes recorrendo a isso como a única forma de ter o seu próprio dinheiro, outras simplesmente optam por esse tipo de trabalho por não haver exigência de qualificações especiais ou de formação profissional.

Figura 7 - Mercado Feira do Ponto de São Tomé e Príncipe - 2009



Fonte: <http://www.travel-images.com/sao-tome-principe3.html>, (2009).

Entretanto, uma questão interessante que vem ao tona é que apesar das mulheres serem majoritárias nas atividades comerciais, elas ainda estão em desvantagem em relação aos homens por cumprir um papel duplo, pois têm de vender produtos diariamente e ainda realizar tarefas domésticas. Um dos fatores que provoca que elas se dediquem mais à atividade informal é que têm pouco acesso ao crédito e financiamento, ou seja, não contam com apoio de instituições financeiras, portanto não lhes resta outra via senão a de recorrer ao setor informal para tentar garantir sua sobrevivência. A isso se somam situações relacionadas ao emprego e ao desemprego, que situam as mulheres na última condição, como será visto em sequência.

4.1 Emprego e Desemprego (2000-2008)

Schweitzer (2003) ao situar as mulheres no trabalho diz que para os historiadores houve um tempo em que tudo era simples quando as mulheres não trabalhavam ou trabalhavam muito pouco. Apenas a jovem classe da geração *baby boom*, munida desde cedo de educação, livre de incômodos da maternidade não desejada, começava a perturbar o equilíbrio de um mercado de trabalho supostamente masculinizado. Então, as mulheres apareceram, no início timidamente, nas esferas da maternidade e da assistência ou ainda nos ofícios que a tradição consentia em lhes reconhecer: mulheres das tecelagens e das agulhas, em oposição aos homens das máquinas e das ferramentas. A história do mercado de trabalho mantinha-se fechada, as mulheres relegadas às esferas de precariedade, identificadas como a simples e famosa mão de obra de apoio.

Quadro 7 - Indicadores do Emprego por sexo em São Tomé e Príncipe 2000 - 2008

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	24.475 (65,2%)	28.472 (64,7%)	27.201 (61,2%)	28.492 (62,1%)	28.055 (62,7%)	23.843 (54,7%)	24.358 (53,8%)	24.967 (53,8%)	25.591 (53,8%)
Mulheres	13.043 (34,8%)	15.508 (35,3%)	17.273 (38,8%)	17.354 (37,9%)	16.712 (37,3%)	19.766 (45,3%)	20.897 (46,2%)	21.419 (46,2%)	21.955 (46,2%)
Total da População Empregada	37.518	43.980	44.474	45.846	44.767	43.609	45.255	46.386	47.546

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

O Quadro 7 permite comparar as diferenças entre os sexos, no que concerne ao estatuto do emprego mostrando as desigualdades ainda existentes neste domínio. Assim, constata-se que os homens constituem a maioria em categorias de emprego em relação às mulheres de 2000 - 2008. Em 2000 os homens representavam 65,2% contra 34,8% para mulheres, mostrando grande diferença entre os dois. Nos anos seguintes de 2001 a 2008, que corresponde à 3ª República com o Presidente Fradique de Menezes, podemos ver que o número das mulheres empregadas começou a aumentar isto porque, umas das principais promessas ao candidatar-se à Presidência da República Democrática de São Tomé e Príncipe foi de uma maior participação das mulheres na vida social diminuindo as desigualdades entre os sexos. Como se pode ver entre 2005 e 2008 as diferenças entre os homens e as mulheres foram diminuindo; no ano de 2005 os homens tinham 54,7% já às mulheres com 45,3%, podemos constatar que foi a partir deste ano onde a situação dos homens no emprego começou a se igualar com os das mulheres. No ano de 2006, 2007 e 2008 a situação continuou a mesma, quando os homens representavam 53,8% e as mulheres 46,2%.

A fraca participação das mulheres nas atividades econômicas significa a evidente subestimação do papel da mulher na sociedade. O fato do Serviço Nacional de Emprego funcionar muito deficientemente e não responder às necessidades do mercado constitui matéria de preocupação. Não tem cobertura territorial o que tem permitido a existência de importantes ofertas de emprego fora dos circuitos oficiais e, portanto, sem o devido conhecimento das autoridades. Não existem inquéritos regulares ao emprego e ao desemprego, por um lado e por outro, o setor informal, muito embora constitua uma grande fonte de emprego, ainda não dispõe de dados elucidativos sobre o mesmo.

Quadro 8 - Indicadores do Desemprego por sexo em São Tomé e Príncipe 2002-2008

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	6.127 (41,0%)	5.269 (39,1%)	6.450 (46,0%)	9.757 (53,5%)	8.647 (49,8%)	8.417 (50,3%)	8.941 (51,3%)
Mulheres	8.803 (59,0%)	8.213 (60,9%)	7.548 (54,0%)	8.477 (46,5%)	8.717 (50,2%)	8.301 (49,7%)	8.498 (48,7%)
Total da População Desempregada	14.930	13.482	13.998	18.234	17.364	16.718	17.439

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

Apesar das mulheres terem as maiores taxas de desemprego no período 2002-2004, essa realidade muda de 2005 em diante. Como podemos observar no Quadro 8 é em 2005 que o número de desempregados no sexo masculino começa aumentando e no final mantendo praticamente no mesmo nível com as mulheres. A taxa de desemprego feminino de 2002 a 2003 foram superiores que as dos homens; em 2002 o desemprego atingia 41% para homens contra 59% para mulheres; em 2003 os homens estavam com 39,1% dos desempregados enquanto as mulheres estavam com 60,9%. O desemprego é mais elevado para os homens em 2005, 2007 e 2008, sendo que no ano 2005 sofreu uma grande transformação, mostrando 53,5% para os homens; um valor mais elevado do que as mulheres com 46,5%, e em 2008 os homens apresentavam 51,3% dos desempregados, sendo ainda maior em relação ao número de desempregados das mulheres que somara 48,7%, (Quadro 9).

O Quadro 9 mostra o ramo de atividade ocupada por mulheres e homens, as proporções de representação, a porcentagem das mulheres trabalhadoras em cada ocupação e uma lista das principais profissões que as mulheres vêm ocupando. É interessante saber em que medida as mulheres vêm desempenhando ocupações “tidas” como masculinas. Os homens ocupam uma posição mais favorável no mercado de trabalho que as mulheres; os homens trabalham em ocupações nas quais há relativamente pouca competição com as mulheres, que dificilmente terão ocupações em que haja relativamente pouca competição com os homens. Isto fica claro nos dados apresentados no Quadro 9, que mostram como a força de trabalho é dominada pelos homens, sendo que os indicadores de onde existe maior concentração dos homens são aqueles onde a força predomina que são: agricultura e silvicultura (59,3%); pesca (79,4%); indústria (65%); eletricidade, gás e água (85,7%); construção (89,2%); transportes, armazéns e construções (87,4%); bancos, seguros e instituições financeiras (55,6%); administração pública,

defesa, e segurança social (52,7%); organismos internacionais/extra-territoriais (73,7%), onde a participação das mulheres é inferior a dos homens.

Quadro 9 - População empregada segundo ramo de atividade principal – 2006

Atividade Principal	Homens	%	Mulheres	%	Total
Agricultura e Silvicultura	4.678	59,3%	3.216	40,7%	7.894
Pesca	3.133	79,4%	815	20,6%	3.948
Indústria	1.889	65,0%	1.017	45,0%	2.906
Eletricidade, Gás e Água	581	85,7%	97	14,3%	678
Construção	2.662	89,2%	323	10,8%	2.985
Comércio a grosso e retalho	1.650	23,3%	5.430	76,7%	7.079
Restaurantes, Bares e Hotéis	359	42,7%	482	57,3%	841
Transportes, Armazéns e Construções	1.800	87,4%	260	12,6%	2.060
Bancos, Seguros e Instituições Financeiras	50	55,6%	40	44,4%	90
Administração Pública, Defesa, e segurança Social	3.916	52,7%	3.508	47,3%	7.425
Educação	1.407	40,8%	2.039	59,2%	3.446
Saúde e Ação Social	607	46%	717	54%	1.323
Outras atividades e serviços coletivos	1.350	38,3%	2.179	61,7%	3.529
Família c/emprego doméstico	30	4,2%	689	95,8%	719
Organismos Internacionais/Extra-Territoriais	244	73,7%	87	26,3%	331

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

Ainda em relação ao Quadro 9, em geral as ocupações tidas como masculinas tendem a ser mais valorizadas que as femininas, no sentido de serem mais bem remuneradas, têm mais status e mais autoridade no que concerne às qualificações e habilidades dos que trabalham nestas ocupações; em contrapartida, os homens também dispõem de uma escolha muito mais ampla de ocupações. Já as mulheres vêm conquistando o seu espaço no mercado de trabalho, embora de forma lenta, esta conquista tem sido significativa. Como se verifica, alguns ramos de atividade como comércio a grosso e retalho; restaurantes, bares e hotéis; educação; saúde e ação social; outras atividades e serviços coletivos; família com emprego doméstico, as mulheres lideram a frente dos homens, mas é nesses setores família com emprego doméstico e comércio a grosso e retalho onde se encontram maior participação delas. Nas famílias com emprego doméstico, as mulheres são largamente majoritárias chegando a representar (95,8%), e o comércio a grosso e retalho vem crescendo bastante nos últimos anos e nesse setor as mulheres representam (76,7%).

O comércio informal tem constituído uma alternativa para uma grande maioria das mulheres, que buscam na informalidade um meio para sua sobrevivência. Por exemplo, a Figura 8 nos dá uma panorâmica mais ou menos dessa realidade. Nela, se podem identificar as mulheres

no mercado vendendo peixes retalhados, sendo que elas os compram diretamente dos pescadores para realizar suas vendas.

Figura 8 – Mercado de Peixe de São Tomé e Príncipe - 2009



Fonte: <http://www.travel-images.com/sao-tome-principe3.html>, (2009).

Devido à multiplicidade de tarefas das mulheres (esposas, mães e donas de casa), as mulheres acabam inseridas no mercado informal para estarem mais perto dos seus filhos, de poder cuidar do seu lar e do seu marido, elas estão mais propensas que os homens a entrar e sair do mercado de trabalho, a dedicar um número menor e mais esporádico de horas ao mercado de trabalho, a produzir principalmente para o consumo doméstico, e a não se dedicar ativamente à procura de trabalhos formais.

Quadro 10 - População empregada por sexo e pela situação profissional

Situação profissional/Sexo	Homens	%	Mulheres	%	Total
Trabalhador por conta de outrem	14.214	51,1%	13.588	48,9%	27.802
Patrão ou Empregador	9.621	57,5%	7.116	42,5%	16.737
Trabalhador por conta própria (isolado)	370	76,4%	114	23,6%	484
Trabalhador familiar não renumerado	150	65,2%	80	34,8%	230
Outra situação	2	1,0%	0	0%	2

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP (2009).

O Quadro 10 permite comparar as diferenças entre os sexos, no que concerne ao estatuto de situação na profissão, e reflete as desigualdades existentes neste domínio. Constata-se que as mulheres constituem a minoria em todas as categorias; no trabalhador por conta do outrem a

diferença é de 51,1% para os homens contra 48,9 % para as mulheres; na situação de patrão ou empregador as mulheres também se encontram em minoria em relação aos homens (42,5% para 57,5%); quanto ao trabalhador por conta própria a diferença é ainda maior os homens com 76,4% e mulheres com 23,6% e o trabalhador familiar não remunerado os homens representam 65,2% as mulheres 34,8%.

Diante do exposto, e partindo de tudo o que se tem falado até aqui, pode-se argumentar que a educação das mulheres é, sem dúvida, uma das estratégias principais de combate à pobreza e ao subdesenvolvimento, visto que elas desempenham papel importante na economia familiar. Na sociedade local (sobretudo no nível informal), são elas que asseguram a continuidade das estruturas familiares e zelam pelo sustento e a educação dos filhos, ou seja, seria difícil um desenvolvimento sem que a mulher assuma seu verdadeiro papel e uma efetiva igualdade de direitos com os homens. Essa igualdade passa, necessariamente pela educação e formação das mulheres, atribuindo a elas mais conhecimentos e poderes. Uma melhora na educação das mulheres elevaria a produtividade econômica da sociedade, porque quando atingirem níveis mais elevados de escolaridade terão mais capacidades, argumentos e conhecimentos científicos, para influenciar decisões que beneficiem não só as famílias, mas também a comunidade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, as mulheres vêm participando e desempenhando funções importantes na construção da sociedade santomense, embora nem sempre numa situação equilibrada. Sua participação no mercado de trabalho se deu principalmente com o objetivo de oferecer melhores condições de vida ao grupo familiar, também pelo fato de elas hoje buscarem a independência e a auto-realização. O trabalho feminino tem grande importância para a subsistência da sua família, tendo em conta que no país muitas mulheres ocupam a chefia familiar. Apesar de já alcançarem progressos em vários domínios, a desigualdade do gênero ainda persiste em muitos aspectos da vida socioeconômica e o nível da pobreza afeta, aproximadamente, 55,7% das famílias chefiadas por mulheres.

Associado a isso, pode ser constatado que na questão da violência as mais vitimadas são aquelas que não têm independência econômica, ou as que mesmo sustentadas pelos atuais maridos, já tiveram filhos de outros relacionamentos. Por exemplo, em 2008, deram entrada no centro de acolhimento das vítimas contra violência um total de 475 casos, sendo o mês de outubro o de maior número de apurações. Isso demonstra, que a violência contra mulher tem se agravado dia após dia na sociedade santomense. Grosso modo, os fatores responsáveis por este fenômeno são (i) o desemprego (situação financeira), (ii) o alcoolismo, (iii) o abandono do lar, (iv) o machismo, (v) ausência de leis e medidas coercivas. Ou seja, como bem ressalta GROSSI (1996), a violência contra mulher é, antes de tudo, um reflexo de desigualdade social, econômica e política que é perpetuada pelos aparatos sociais que reforçam discriminações e ideologias sexistas, racistas e classistas.

Entretanto, a situação da mulher melhorou depois da independência, principalmente quando o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) abraçou a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar as mulheres a fim de participarem no processo de reconstrução do País. Em 1992, o Governo criou o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família, como quadro institucional da mulher. No mesmo ano, com o apoio do PNUD e da UNIFEM, foi elaborado o Plano de Ação para a integração da mulher no desenvolvimento; que visava melhorar a sua participação como agente e beneficiária em todos os domínios do país, mas que nunca chegou a ser implementado.

Após a realização da Conferência de Beijing, onde foi debatida a participação da mulher na vida social, o governo santomense criou uma comissão nacional encarregada de implementar a Plataforma de Ação, que tinha como objetivo atingir um desenvolvimento sustentado baseado na igualdade entre os sexos. Porém, a Plataforma não chegou a cumprir cabalmente as suas funções e algumas delas foram ou estão a ser implementadas por ONGs. Outro aspecto a realçar do mesmo contexto é o de surgimento de várias Associações e ONGs nacionais que trabalham no domínio da mulher; umas mais ativas do que outras, mas todas enfrentando um problema comum: a falta de financiamento para a execução do seu plano de ação.

Não obstante, fenômenos como o da violência de gênero e outras formas de discriminação subsidiaram uma série de questionamentos sobre a realidade das santomenses, contribuindo para a criação de institucionalidades de defesa dos direitos das mulheres. Porém, poucos esforços têm sido feitos para examinar a contribuição de instituições como o Instituto de Gênero de Promoção e Equidade de Gênero e o Fórum das Mulheres em ações voltadas à inclusão social e a equidade de gênero. Tema que não poderá ser excluído de estudos futuros sobre as santomenses.

Já em relação aos cargos de tomada de decisões, se reconhece que as mulheres vêm ocupando funções de muita envergadura, entretanto, ainda representavam percentagem muito baixa em relação aos homens, sobretudo no Parlamento. Pressupõe-se que esta tendência venha mudar no curto prazo, devido ao resultado de um esforço da parceria política das mulheres do MLSTP, PCD, MDFM, e ADI, que permitiu que fosse aprovada uma ordem pelo Parlamento que determina uma quota mínima de 30% dos assentos da Assembléia Nacional para mulheres, a partir das Eleições Legislativas de agosto de 2010.

No aspecto de emprego, sobretudo no emprego formal, mesmo evidenciando uma ascensão das mulheres, as percentagens dos homens continuam sendo superiores. As mulheres estão presentes em quase todos os ramos de atividade econômica, destacando-se nos setores de comércio, entre eles, de restaurantes, bares e hotéis, e ainda se somam atividades de emprego doméstico e serviços coletivos em áreas de saúde e educação. Com efeito, o perfil da força de trabalho feminina é muito diferente se comparado ao de algum tempo atrás, mas além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade, elas aglutinam as tarefas tradicionais de ser mãe, esposa e dona de casa. Assim, trabalhar fora de casa e ganhar seu próprio dinheiro, ter

independência financeira e ser reconhecida por todos é conquista recente e motivo de orgulho para a mulher santomense.

Porém, apesar da conquista de novos espaços, as mulheres ainda são discriminadas dentro da sociedade e relegadas ao setor informal, ao mesmo tempo em que a sociedade ainda enxerga as mulheres desde um ângulo da antiga sociedade patriarcal ou tradicional, isto é, só deveriam se ocupar no cuidado dos filhos e não assumir funções que realizam os homens. Mesmo assumindo cada vez mais funções em atividades da esfera pública, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo desempenho das tarefas domésticas, ou seja, realizam uma dupla jornada de trabalho, sem dizer que ainda são consideradas culpadas por qualquer alteração no cotidiano familiar.

Vale ressaltar que as diferenças entre homens e mulheres somente podem ser extintas a partir da modificação do papel tradicional tanto do homem, como da mulher na sociedade e na família. A contínua luta da mulher pelos seus direitos é cada vez mais necessária, para que ela consiga ocupar mais espaços antes reservados aos homens e, com isso, alcançar maior igualdade social. Ou seja, quanto maior for a participação das santomenses nos diferentes setores da sociedade, maior será sua contribuição à mudança da realidade social, econômica, política e cultural da sociedade em geral, fator que contribuiria muito para o desenvolvimento do país.

Ao lado disso, o aumento do nível de escolaridade (educação) de forma a permitir um ingresso mais qualificado no mercado de trabalho pode ser visto como uma das principais estratégias para melhorar suas posições. Esse aspecto poderia beneficiar as mulheres de uma forma dupla, primeiro no combate à dependência econômica face aos homens e depois na ampliação do seu horizonte científico e inovador, para desta maneira conseguir um trabalho mais qualificado ou projetar um empreendimento próprio; o que se traduziria em menos pobreza, menos violência, mais saúde, mais produtividade econômica da mulher e da sociedade em geral.

Ao buscar seu espaço público na sociedade santomense, as mulheres começaram a ser vistas como guerreiras e a principal base para a educação e controle familiar. No entanto, elas ainda estão longe de se igualarem aos homens e serem mais bem compreendidas. Entretanto, acredita-se que com mudanças nas políticas públicas e sociais por parte das autoridades governamentais, que permitam mais inclusão de mulheres em aparatos hierárquicos e demais órgãos de tomada de decisões, haverá maior participação feminina no mercado de trabalho, na política e redução nos índices de violência de gênero. Mudanças dessa ordem trariam benefícios

não só no nível financeiro das mulheres, pela sua inclusão no mercado de trabalho, mas também garantiriam mais igualdade de gênero.

Assim sendo, devem ser feitas reformas nas instituições formais e informais uma vez que grande parte da população constituída pelas mulheres se encontra no mercado informal; e sendo elas as principais responsáveis pela educação dos filhos, se não tiverem uma situação econômica razoável o futuro dos filhos ficaria comprometido e conseqüentemente, da sociedade também. Finalmente, deixar que a mulher jogue um papel fundamental assim como apostar na saúde e na educação através da formação de quadros para poder servir com eficiência, seria um passo gigantesco no caminho do desenvolvimento e luta contra a pobreza..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKER, Richard, DEGRAFF, Débora. **Gênero, Mercados de Trabalho e o Trabalho das Mulheres**, 2004.

ARAUJO, Luis César G. **As mulheres no controle do mundo** – elas têm influência em todas as esferas, da política à comunicação. São Paulo: Forbes Brasil, Setembro 2004.

BRASIL. **Diário da República** nº 55, Lei n.º 2/77 (Lei da Família), 28 de Dezembro de 1977.

BRAUNER, Maria (Org). **Violência Sexual Interfamiliar**. Uma visão interdisciplinar: contribuições do Direito, da Antropologia, da Psicologia e da Medicina. Editora Delfos, 2008 Pelotas-RS.

BRUSCHINI, C.; Lombardi, **Trabalho das mulheres no Brasil**: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: FCC/DPE, 1998. (Textos FCC, 17).

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Fundação Carlos Chagas. Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. São Paulo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Em perspectivas Antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar 2002.

CAPPELLIN, Paola. A Valorização do trabalho feminino: contextualizando as ações positivas. In: **Estudos femininos** IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ 1996.

CAPPELLIN, Paola. **Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres**. In: LIGOCKI, Malo Simões Lopes; LIBARDONI, Marlene et al. Discriminação positiva ação afirmativas: em busca da igualdade. São Paulo: CFEMEA/ELAS. 1996. p. 13-31. 2002. 678p.

CARNOY, Martin. La familia, el trabajo flexible y los riesgos que corre la cohesión social. **Revista Internacional del Trabajo**, Genebra, OIT, v.118, n.4, p.461-481, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Moderna, 1999.

COSTA, M. A. **Reprodução e mortalidade em cidade de porte médio (1960-1970)**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2º. São Paulo, 1980. Anais. São Paulo, 1980.

COSTA, E.; AZEVEDO, T.; FONSECA, T.: **Questão da Mulher**: lutas e conquistas no seu espaço público e privado. Publicado em 11/03/2010 pelo p@rtes, revista virtual. Acessado em 18/04/2010 as 18h.

DENNY, L. M. e RAY, Donald I. **“Sao Tome and Principe”** in Marxist Regimes, London, Great Britain, 1989.

DIAS, Isabel. **Violência na Família** – Uma abordagem Sociológica, Porto: Edições Afrontamento 2004.

DOUCET, A. Gender Equality and Gender Differences: Parenting, Habitus, and Embodiment Canadian Review of Sociology. **Revue Canadienne de Sociologie**, 46 .2., p. 103-121. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1977.

_____. **História da sexualidade** – A vontade de saber. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: novos desafios para teoria democrática contemporânea**. Brasília:UNB. São Paulo: UNESP, 2005, p. 245-282.

FRASER, Nancy. **Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde La posición “postsocialista”**. Bogotá: Siglo del Hombre Editora 1997.

GOLDENBERG, P; MEDRADO, M; PASTERNOSTRO, M. **A violência contra a mulher: uma questão de saúde**. In: Labra, Maria; (Org). **Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes Petrópolis em co-edição com Abrasco, 1989.

GREGORI, Maria. **Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a pratica feminina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Patrícia. **Violência contra a mulher: implicação para os profissionais de saúde**. In: LOPES, Marta; MAYER, Dagmar; WALDOW Vera; (Org). **Gênero & Saúde**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

HERA. **Direitos sexuais e reprodutivos: idéias para ação**. [S.l.: s.n.], [19- -]. Folder elaborado com base nos conceitos e acordos da CIPD, 1994 e da Conferência Mundial da Mulher, 1995. Hera Secretariat, web site. Disponível em: < www.iwhc.org/hera>.

HENRIQUES, Isabel Castro, **“São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade”**, Documenta Histórica 26, Ed. Vega, Lisboa, 2000

HIRATA, H. **"Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero"**. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, ano 4, n.7.1998.

JOFFER, S. C. As Relações de Gênero no Trabalho: Uma Análise da Inserção das Mulheres e Homens na Rede de Fast Food. UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; **Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis. ed. 8. 2008.

LAUFER, Jacqueline. Introdução – Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo. Serviço nacional de aprendizagem, 2003.

LEONE, E. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

MATTOSO, Jorge. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos**. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MIRANDA, L. C. **A Percepção da Mulher no Mercado de Trabalho: Emprego, Carreira ou Vocação**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Administração. Faculdades Ibmecc. Rio de Janeiro, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. Mulheres na Política 2010. **União Interparlamentar e Divisão da Promoção da Mulher das Nações Unidas**, na 54ª sessão da Comissão da Condição da Mulher da ONU. <http://www.ipu.org>.

NASCIMENTO, Augusto. **Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe**. Editora Prefácio, Lisboa, 2008.

NEVES, C. MAURICETTE. **O Poder Político e as Políticas Econômicas no Período de Transição em São Tomé e Príncipe: Do Regime Socialista para o Regime Democrático Representativo**, 2009.

NEVES, M. A; PEDROSA C. M. Gênero, Flexibilidade e Precarização: O Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília. v. 22, n. 1, p. 11-34, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Jorge, E. da C. **A economia de São Tomé e Príncipe**. Imprintécnica – Artes Gráficas, LDA. Lisboa, 1993.

OSÓRIO Conceição: **Mulheres, poder e democracia**. Publicado em “Outras Vozes”, nº 9, Novembro de 2004. Acessado em 18/04/2010 as 18:30

PRÁ, Jussara. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO Marcello (Org). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

PRÁ, Jussara. Gênero, cidadania e participação na esfera pública. In: CARVALHO, Marie; ROCHA, Cristianne (Org), **Produzindo Gênero**. Porto alegre: Sulina, 2004.

RAMOS, Lauro. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. **Texto para discussão IPEA**. Rio de Janeiro, n. 1255, jan. 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero no Brasil atual**. Rev. Estudos Feministas, 2004.

SALVATORI, Giovanni (1982), **Partidos e Sistemas Partidários**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, Univ. Brasília

SANTO, Armindo C. E. **Economia de São Tomé e Príncipe: entre o regime do partido único e o multipartidarismo**. Edições Colibri, Lisboa, 2008.

SANTO, Carlos Espírito. **Enciclopédia fundamental de São Tome e Príncipe**, Lisboa: Cooperação, 2001.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Instituto Nacional de Estatística**: <http://www.ine.st>.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Instituto Nacional de Estatística**. Síntese dos Resultados Definitivos do III Recenseamento Geral da População e da Habitação 2006, Novembro de 2007, São Tomé, 52 pags.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social**: da evolução das relações do trabalho em São Tomé e Príncipe: 1485-1965. Imprensa Nacional, São Tomé, 1965. 16 p.

SILVA, Marlise. **Violência Contra a Mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

SCOTT, Joan. **A Cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Tradução de Élvio António Funch. Florianópolis: Mulheres, 2003. 309 p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução autorizada de Maria Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1990.

SCHWEITZER, Sylvie. Situar as mulheres no trabalho. In MARUANI, M. E HIRATA, H. (orgs.) **As Novas Fronteiras da Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho**. São Paulo. Senac Ed., 2003.

SOUZA, Vera. Violência contra a mulher: uma reflexão sobre as conseqüências da precariedade de programas de proteção social. Trilhas. **Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação**: Belém: UNAMA, v.3, n.2, 2002.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres**. Revan, Rio de Janeiro: 1992.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pósmodernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VAITSMAN, Jeni. Biologia e História (ou, por que a igualdade é possível). In: **Mulher, saúde e sociedade no Brasil (M. E. Labra, org.)**, pp. 26-38, Rio de Janeiro: Vozes – ABRASCO 1989.

VALENZUELA, María. Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: **Brasil-Abertura e ajustes do mercado de trabalho no**

Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo: Editora 34, 1999.

Velho, Gilberto. As vítimas preferenciais. **Em Ciência Hoje**, suplemento, vol, 5, n.28, janeiro/fevereiro de 1987.

Jornais consultados:

<http://www.telanon.info>

<http://www.cstome.net/oparvo>

<http://www.jornal.st/>

<http://www.stp-press.info>

<http://www.jornaltropical.st>

<http://www.cstome.net/noticias>

ANEXO I

População Ativa: Conjunto de indivíduos, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito econômico, ou seja, inclui os empregados, sub-empregados e desempregados. **Taxa de atividade** permite definir o peso da população ativa sobre o afetivo total

População Inativa: Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório (pode-se distinguir um grupo de população inativa que abarca todas as idades e o outro grupo de 15 e mais anos).

População Empregada: Indivíduos, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontram nas seguintes condições:

- (I) tinha efetuado trabalho pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração;
- (II) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu emprego;
- (III) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- (IV) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Nd = Não disponível

População Desempregada: Indivíduos, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontram simultaneamente nas seguintes condições:

- (I) não tem trabalho remunerado, nem qualquer outro;
- (II) está disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- (III) tenha procurado um trabalho, isto é, tenha feito diligências ao longo das últimas 4 semanas para encontrar um emprego remunerado ou não.

Fonte: Elaboração própria segundo os dados de INESTP.